

Crise política e capitalismo neoliberal no Brasil: a crise do governo Collor (1992).

Martuscelli Danilo Enrico.

Cita:

Martuscelli Danilo Enrico (2010). *Crise política e capitalismo neoliberal no Brasil: a crise do governo Collor (1992)*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/168>

Crise política e capitalismo neoliberal no Brasil: a crise do governo Collor (1992)

Danilo Enrico Martuscelli

Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correio eletrônico: daniloenrico@yahoo.com.br

Área temática: Política Comparada

Trabalho preparado para sua apresentação no V Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julho de 2010

Buenos Aires, julho de 2010

Resumo: O objetivo desta comunicação é analisar a crise política ocorrida no governo Collor, em 1992. Caracterizamos essa crise política como uma crise de governo resultante do início do processo de implementação da política neoliberal no Brasil, ou melhor, essa crise é consequência dos efeitos dessa política econômica e social e do reduzido espaço conferido às diferentes classes sociais, inclusive as frações que compõem o bloco no poder, nos processos decisórios fundamentais. Entendemos também que essa crise política pode ser enquadrada no rol de crises políticas positivas, na medida em que o espaço institucional aberto à crítica popular à orientação de classe da política estatal, bem como ao caráter parasitário do Estado burguês foi bastante reduzido.

1. A eleição de 1989 e a vitória da candidatura neoliberal

A eleição presidencial de 1989 foi uma circunstância conjuntural que repercutiu em mudanças importantes no cenário político nacional. Representou, por um lado, o avanço da luta democrática, ao constituir-se como a primeira eleição direta para a escolha do presidente da República, depois de um período atravessado pelo cerceamento das liberdades democráticas no país; e, por outro lado, significou o retrocesso das conquistas dos trabalhadores no campo dos direitos sociais, dada a ascensão da política neoliberal no âmbito do poder federal com a vitória de Fernando Collor de Mello (PRN). Saliente-se que, através do Projeto de Reconstrução Nacional e dos diagnósticos e instrumentos voltados para a política social, o Governo Collor impôs uma visão assistencialista ao sistema de proteção social do país, contrariando, dessa maneira, a tendência de ampliação dos direitos universais expressa no período anterior, principalmente, com a Constituição de 1988 (MÉDICI; MARQUES; SILVA, 1995).

Ainda quanto à repercussão das eleições de 1989, cumpre notar que tanto os partidos políticos representantes das diversas frações de classe do bloco no poder quanto os partidos políticos mais abertamente vinculados às classes trabalhadoras estavam divididos no primeiro turno. Nomes de peso político figuraram entre os pretendentes ao posto de presidente, entre eles: Aureliano Chaves (PFL), Guilherme Afif (PL), Paulo Maluf (PDS), Ronaldo Caiado (PDC), Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT) e Roberto Freire (PCB). No entanto, a vitória coube a um candidato pouco conhecido nos meios políticos nacionais, oriundo de um partido político de baixa representatividade.

No segundo turno, a polarização político-ideológica da disputa eleitoral atingiu graus mais expressivos entre os dois candidatos concorrentes. Collor e Lula procuravam responder a crise que o país atravessava a partir de perspectivas e de interesses de classe distintos. Do lado conservador, Collor apresentou um programa de caráter nitidamente neoliberal, estruturando-se na tese do Estado mínimo como solução para a crise brasileira. Em sua campanha, atacou os “privilégios” do alto funcionalismo público, o “Estado cartorial”,¹ além dos monopólios, e sustentou um discurso populista, apoiando-se em motes que tinham fácil penetração e aceitação no seio das classes trabalhadoras, tais como: “caça aos marajás” e apelo aos “descamisados”. A proposta neoliberal apresentada por Collor foi bem-sucedida nessa conjuntura eleitoral, conquistando apoio tanto dos grandes empresários e das grandes empresas de comunicação, quanto angariando a simpatia da população de baixa renda e de baixa escolaridade, como atestavam as pesquisas de intenções de voto (SINGER, 2000). Ademais, durante o processo eleitoral, os representantes de duas importantes entidades da burguesia

¹ A denominação “Estado cartorial” designa um conjunto de práticas dos governos capitalistas, que fazem uso de cargos, promoções e salários para a formação de clientelas políticas.

brasileira, a FEBRABAN e a FIESP, não hesitaram em declarar apoio às “reformas orientadas para o mercado” presentes no programa de governo de Collor, rechaçando a candidatura Lula, considerada um risco à estabilidade política do país.²

No campo progressista, Lula apresentou um programa de oposição às reformas neoliberais. As diretrizes principais do programa de governo de Lula, em linhas gerais, consolidavam as propostas elaboradas pelo PT e pela CUT nas mobilizações políticas dos anos 80. Essas diretrizes orientavam-se pela defesa de um Estado de bem-estar no Brasil, reservando, pois, ao Estado um papel importante no desenvolvimento econômico-social do país. Essa proposta articulou-se sob três eixos principais: distribuição de terra e de renda, ampliação da democracia e defesa da autonomia nacional, demonstrando, portanto, um posicionamento de resistência às teses neoliberais. A derrota de Lula nessas eleições foi, portanto, uma resposta negativa à intenção de editar um Estado de bem-estar social no país.

O leque de apoio à candidatura Collor foi amplo, abarcando desde frações das classes dominantes, como as representadas pelo grande capital bancário e financeiro e o grande capital industrial, setores diversos das classes médias, até as frações pauperizadas do operariado. Com a formação dessa base política, o Governo Collor conseguiu que as políticas neoliberais se tornassem hegemônicas no plano da ação estatal.

2. Breve balanço do Governo Collor

A constituição de uma hegemonia neoliberal no âmbito do Estado, não significou uma aplicação integral das políticas de desregulamentação da economia, mas a dominância da política neoliberal na implementação da política do Estado brasileiro. Uma análise da política empreendida pelo Governo Collor revela a persistência, ainda que secundária, de medidas que conferem um padrão regulatório ao Estado sobre a economia. A implementação dos dois planos de estabilização monetária possibilita visualizar melhor essa questão.

Entre as principais diretrizes políticas do Plano Collor I, posto em prática em março de 1990, constavam: a abertura da economia brasileira com a redução das alíquotas de importações; a redução do quadro de funcionários públicos com a imediata colocação de cerca de 40.000 funcionários em disponibilidade; a privatização de empresas estatais, instituindo mais tarde, através da lei n. 8.031 de 12 de abril de 1990, o Programa Nacional de Desestatização; a desindexação da economia; o congelamento de preços e salários; e o confisco de ativos financeiros superiores a cinquenta mil cruzeiros, depositados nos bancos em conta corrente ou em cadernetas de poupança, e acima de vinte e cinco mil cruzeiros, no caso dos ativos aplicados em *overnight* – o que significou um bloqueio de um total de US\$ 115 bilhões, por 18 meses, no Banco Central do Brasil.

A abertura comercial foi anunciada como uma política de competitividade, que mobilizaria e modernizaria a produção industrial no país a partir da competição com os produtos estrangeiros inseridos no mercado interno; a demissão do funcionalismo público e as privatizações foram concebidas como instrumentos de contenção dos gastos públicos; a desindexação econômica foi tomada como um “progresso” no campo das negociações salariais, deixando “livres” das barreiras impostas pelo Estado brasileiro, trabalhadores e patrões.

² Nessa conjuntura, o presidente da FIESP, Mario Amato, chegou a declarar que haveria fuga de 800 mil empresários do país, caso Lula vencesse as eleições presidenciais.

O conjunto dessas medidas conferiu o caráter neoliberal à política governamental de Collor. Na prática, a aplicação dessas políticas produziu os seguintes efeitos: o ataque aos interesses do funcionalismo público, que representava o principal setor nas estatísticas de greves,³ empurrou esse setor para uma postura defensiva; houve uma ampliação de investimento do capital estrangeiro no país; desvalorizaram-se as estatais nos leilões, permitindo a transferência do controle de empresas altamente rentáveis para o setor privado; procedeu-se a uma maior concessão de poderes ao patronato nos processos de negociação salarial, dificultando, dessa forma, a articulação dos sindicatos na luta por direitos trabalhistas.

Se essas medidas correspondiam aos pilares da política neoliberal, as políticas de congelamento de preços e salários e de confisco dos ativos financeiros expressavam uma reedição da política intervencionista. A política de congelamento de preços e salários havia sido articulada em outros planos de estabilização durante os anos 80 e seus efeitos foram de pequena amplitude por não conseguirem conter o crescimento inflacionário a médio e longo prazo (FILGUEIRAS, 2001). O mesmo ocorreu com o Plano Collor I: se houve uma queda abrupta da inflação – de 81,3% registrados, em março de 1990, para 11,3%, no mês de abril do mesmo ano –, os índices inflacionários continuaram a subir no período seguinte (IGP-DI *apud*: FILGUEIRAS, 2001, p. 84).

Ademais, a política de congelamento de preços combinada com a abertura comercial brusca – tal qual implementada pelo Governo Collor desde o primeiro ano de mandato – impôs sérias dificuldades para o crescimento da indústria no país, a qual não só foi posta em situação desigual de competição com os produtos de alta tecnologia advindos do estrangeiro, como ficou impedida de ampliar seus rendimentos, repassando o ônus para os preços das mercadorias. Por seu turno, o congelamento dos salários diante de um período de alta inflacionária produz efeitos perversos sobre o poder aquisitivo das classes trabalhadoras assalariadas.

No que se refere ao confisco “surpresa” dos ativos financeiros anunciado no primeiro dia de governo, essa medida consolidou-se como uma importante intervenção do governo, representando um duro golpe nos interesses das classes médias brasileiras, que possuíam investimentos de peso em poupança, conta concorrente e também em *overnight*. Essas aplicações financeiras foram uma estratégia importante desses setores, nos anos 80, para escapar dos altos índices inflacionários que assolavam os seus rendimentos.

Em 31 de janeiro de 1991, o governo federal anunciou as diretrizes do Plano Collor II, dando continuidade à desindexação da economia, à política de abertura comercial, ao congelamento de preços e salários e à política de privatizações. Essa última diretriz ganhou grande impulso no segundo ano de mandato, lançando-se, sobretudo, para os setores siderúrgico e petroquímico. Durante o Governo Collor, foram privatizadas 18 empresas estatais, perfazendo-se um total de US\$ 4 bilhões nas vendas. No entanto, com a permissão do uso de “moedas podres” na compra das estatais, os processos de privatização – admitidos pelo governo como alguns dos instrumentos de superação da dívida pública – representaram uma arrecadação quase nula para os cofres da União. As “moedas podres” eram títulos da dívida pública negociados com desconto

³ Durante os anos 80, o número de greves foi maior no setor privado que no setor público. No entanto, o volume de jornadas não trabalhadas mostra que as paralisações dos servidores públicos foram mais “longas e abrangentes” nesse período. De acordo com Noronha (1992, p. 53), entre 1978 e 1987, o setor privado “foi responsável pela maioria das paralisações (67,9%), mas por apenas 22,3% das jornadas perdidas. Para o [setor público] o quadro é invertido: suas ‘poucas’ greves foram responsáveis por mais de 70% das jornadas não trabalhadas”. Essa tendência não se alterou nos dois últimos anos da década de 1980 (ALMEIDA, 1996, p. 42-3).

de até 50% do seu valor. Assim, se uma empresa fosse vendida, por exemplo, por US\$ 1,05 bilhão, e o comprador desse US\$ 1 bilhão em “moedas podres”, apenas US\$ 50 mil seriam pagos em dinheiro, sendo o restante recebido pelo governo como uma parcela de sua dívida em títulos que foram comprados pelo setor privado pela metade do preço. Na prática, isso significou a aquisição das estatais pela metade do preço anunciado. Entre as “moedas podres”, foram empregados como forma de pagamento, Cruzados Novos retidos no Banco Central, Certificados de Privatização, Títulos da Dívida Externa Pública já vencidos, debêntures da SIDERBRÁS, Títulos da Dívida Agrária e Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (BIONDI, 1999).

As privatizações realizadas pelo Governo Collor deram-se, principalmente, no setor siderúrgico e, de maneira menos expressiva, no setor petroquímico. Em ambos os casos, a presença do grande capital bancário e financeiro foi marcante na compra das principais empresas estatais – o que expressa uma tendência que se ampliou ao longo dos anos 90, a da ampliação dos investimentos dos bancos no setor não-financeiro, iniciada com o controle das empresas estatais privatizadas, vindo a se materializar, posteriormente, no próprio controle das empresas privadas e, portanto, fortalecendo o processo de financeirização da economia brasileira.

O Plano Collor II editou medidas que visavam conter a especulação financeira, atingindo principalmente os interesses do setor bancário e do capital financeiro internacional. Entre essas medidas constavam as seguintes: a extinção das operações financeiras em *overnight*; a criação do Fundo de Aplicações Financeiras (FAF), que passou a centralizar as aplicações financeiras de curto prazo, dissolvendo, assim, o Bônus do Tesouro Nacional fiscal (BTNf), instrumento utilizado para indexação de preços; a utilização da Taxa Referencial Diária (TRD) com juros prefixados; e, por fim, o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) (RUIZ, 2004).

Dois outros aspectos são relevantes para um balanço do Governo Collor: a política agrícola e as políticas sociais do governo. No que se refere ao primeiro aspecto, o governo federal imprimiu uma operação de desmonte do aparelho estatal voltado para a agricultura: reduziu os subsídios à produção agrícola, retirou a linha de crédito dos agricultores endividados, extinguiu o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, redirecionou a política de assentamento de famílias, transferindo essa atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o Ministério da Agricultura, reprimiu duramente o movimento de luta pela reforma agrária e reduziu bruscamente o número de famílias assentadas.⁴

Na análise que fez do Plano Collor I, Graziano da Silva (1993, p. 204) salientou que houve um agravamento da comercialização da safra agrícola no primeiro ano de governo, ou melhor:

“De um lado, o sequestro dos recursos financeiros deixou a maioria dos agricultores com dificuldades para dar continuidade até mesmo às atividades da colheita. De outro, a correção dos financiamentos rurais (...) muito acima dos preços mínimos (...) impediu que os produtores pudessem saldar suas dívidas com os cruzados bloqueados.”

Na metade do segundo ano de governo, depois de ter passado um período realizando concessões aos grandes latifundiários, devido às pressões que fizeram por subsídios agrícolas e por apoio estatal para os setores endividados, Collor avançou na política agrícola neoliberal, incentivando o mercado, as bolsas de mercadorias e a ampliação das empresas agroindustriais. Lançou as bases iniciais para a criação de uma atividade muito rentável para as classes dominantes no campo: o agronegócio, que viria se expandir posteriormente.

⁴ Se no governo Sarney (1985-1989) haviam sido assentadas 115.070 famílias, esse número cairia para 494 entre 1990 e 1992: o menor número registrado em toda a década de 1990 (COLETTI, 2002).

No âmbito das políticas sociais, o governo federal também imprimiu fortemente a lógica neoliberal, eliminando gastos em setores estratégicos. As áreas mais atingidas pelo corte de gastos sociais foram as de educação e cultura e de saúde, que sofreram a redução de 49% e 30% de suas receitas ao longo de dois anos (1990 e 1991), respectivamente. Ademais, o Governo Collor realizou uma relevante centralização dos recursos e dos programas sociais que teriam sido utilizados como moeda de troca política do governo. Com isso, o par sucateamento dos serviços públicos e centralização dos recursos de programas sociais foi a tônica dada por Collor no âmbito das políticas sociais (HENRIQUE, 1993).

Henrique (1993) observa ainda que, desde a década de 1970, as camadas médias e os trabalhadores das grandes empresas privadas passaram a usufruir, de maneira mais intensa, dos serviços privados, tais como assistência médica supletiva, aposentadorias complementares e educação privada. Nesse sentido, pode-se dizer que a política social engendrada a partir do Governo Collor radicalizou esse processo de ampliação dos serviços privados em detrimento dos serviços públicos. Esses passaram por uma contínua precarização, seja nos aspectos relacionados à infra-estrutura, seja quanto à capacidade de atendimento à população.

Como já se mencionou, as principais políticas aplicadas pelo governo resultaram em efeitos diferenciados sobre os rendimentos e as condições de vida dos diversos setores sociais no país. Boito Jr. (1999, p. 120-1), com base nos indicadores do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT (DESEP), apresenta sinteticamente a situação do país deixada pelo Governo Collor:

“Em 1989, a economia crescera +3,3%. Collor assumiu o governo, em 1990, e empurrou a produção para baixo: -4,4%, em 1990, +1,1% em 1991 e -0,9% em 1992. (...) No triênio 1990, 1991 e 1992, o desemprego cresceu bruscamente. A taxa de desemprego (médias anuais em porcentagem da PEA) na Grande São Paulo, no ano de 1989, estava em 8,7%; no ano de 1990, subiu para 10,3%; no de 1991, para 11,7%; e no de 1992, para 15,2%. (...) Os salários também foram para baixo no governo Collor. Em dólares de dezembro de 1993, o salário mínimo era de US\$ 88,55 em 1988 e de US\$ 90,93 em 1989. Em 1990, começou a queda, e ela foi brusca: US\$ 64,22 em 1990, US\$ 62,41 em 1991 e US\$ 65,70 em 1992.”

Em linhas gerais, então, a política adotada pelo Governo Collor, entre 1990-1992, conduziu à recessão, à queda da atividade econômica, ao crescimento do desemprego e à desvalorização dos salários; e imobilizou a poupança e os ativos financeiros aplicados pela classe média e por parte das frações burguesas. Além disso, a queda da alíquota das importações, adotada também por Collor, tornou a economia brasileira mais vulnerável à entrada de capitais estrangeiros e dificultou ainda mais a produção nacional, que despencou diante da concorrência com os produtos estrangeiros, de alto padrão tecnológico.

3 O campo político conservador no início da década neoliberal

A análise do comportamento político dos setores do campo conservador é relevante por evidenciar o nível de aceitação do Governo Collor no seio da sua própria base de apoio eleitoral, ou melhor, por permitir entrever tanto as convergências quanto as tensões entre um e outro.

Via de regra, o setor do campo político conservador mais interessado na aplicação integral do programa neoliberal é o representado pelo capital financeiro internacional. O processo de desregulamentação das economias dos países capitalistas periféricos, principalmente a abertura financeira, ofereceu novas oportunidades de investimento para esse setor. De um modo geral, a aplicação do programa neoliberal favorece a ampliação dos rendimentos do capital financeiro internacional, em detrimento das outras frações de classe da burguesia, permitindo a essa fração da

burguesia exercer a hegemonia política na nova etapa do capitalismo. Já os setores subalternos no campo conservador que tiveram seus interesses feridos por alguns aspectos da política neoliberal procuraram resistir a esse programa no que tangia à defesa de seus interesses. Segundo Saes (2001, p. 87-8),

“...cada setor social subalterno da frente política conservadora tende a apoiar tão-somente a execução daqueles aspectos específicos do programa neoliberal que correspondam aos seus interesses; ou, na melhor das hipóteses, a apoiar as medidas neoliberais que lhes pareçam não interferir nos seus interesses. Tal postura implica, portanto, resistir, de modo mais ou menos aberto conforme o caso e as circunstâncias, à execução daqueles pontos do programa neoliberal que se chocam com os seus interesses específicos.”

No Brasil, as frações do grande capital bancário e financeiro nacional haviam aderido ao programa neoliberal ao longo dos anos 80, apresentando-se como a vanguarda política do neoliberalismo no país e umas das bases principais de apoio à política imperialista. As pressões que a burguesia financeira realizou, entre o final dos anos 80 e os anos 90, pela extinção dos dispositivos constitucionais que distinguiam a origem do capital das instituições financeiras, permitem não só indicar a adesão desse setor às teses neoliberais, mas também salientar a aliança deste com o capital imperialista – uma vez que a luta política do grande capital bancário e financeiro é a luta pela desregulamentação do sistema financeiro, o que prevê, de um lado, a não participação e a não regulação estatal desse sistema (MINELLA, 2004) e, de outro, a abertura para a entrada de capital estrangeiro no país, significando, assim, que o processo de valorização dos capitais locais é dependente do processo de valorização do capital externo (MACHADO, 2002).

Na análise do sistema financeiro brasileiro entre o final dos anos 80 e início dos 90, Minella (2004, p. 3) identifica treze características e tendências gerais que evidenciam, de modo direto e indireto, a hegemonia político-econômica desse setor na formação social brasileira:

“1. Elevada rentabilidade das instituições financeiras em termos comparativos aos demais setores empresariais; 2. Vinculação com o padrão de financiamento adotado pelo Estado; 3. Diversificação dos investimentos para outros setores da economia; 4. Incremento do processo de automação bancária; 5. Processo simultâneo de massificação e elitização dos serviços bancários prestados pelo sistema; 6. Incremento no processo de internacionalização do mercado; 7. Redefinição das relações trabalhistas e das negociações com os trabalhadores bancários; 8. Crescimento do número de instituições financeiras atuando no sistema a partir de 1988; 9. Deteriorização da imagem do setor frente à sociedade; 10. Elevado grau de concentração; 11. Participação marcante no processo de privatização; 12. Participação de empresários financeiros nos órgãos de decisão do Estado, nas instituições financeiras estatais e nas atividades políticas; 13. Ampliação e diversificação da estrutura de representação do setor, através da criação de novos órgãos associativos e de importantes alterações nos já existentes.”⁵

O conjunto dessas características e tendências informa o desenrolar do comportamento político do setor financeiro diante do Governo Collor. Ou seja, interessava ao setor pressionar pela desregulamentação do setor financeiro, pela abertura comercial, pela privatização das empresas estatais do setor siderúrgico e petroquímico, pela regulamentação do mercado de trabalho, entre outros aspectos. Essas pressões deram-se antes mesmo de Collor tomar posse, quando o presidente do complexo CNF-FEBRABAN-FENABAN – organização que representa o grande capital

⁵ Em face dessas características, cumpre fazer dois breves comentários. Por um lado, não é a mera preponderância econômica do setor financeiro em relação aos outros setores das classes dominantes que atesta a sua hegemonia política no bloco no poder. O que designa a hegemonia política desta fração é o fato de ela lograr ter seus interesses econômicos prioritariamente contemplados pela política estatal em detrimento das outras frações da classe dominante. (SAES, 2001) Por outro lado, a imagem negativa dos bancos na sociedade é compensada pela crença na virtude do modelo de desregulamentação que, em tese, favorece a todos, mas que beneficia em específico a rentabilidade dos bancos.

bancário e financeiro no país –, Wallace Junior, apresentou um conjunto de propostas que visava influenciar a política econômica do novo governo. Entre tais propostas constava a defesa de um plano ortodoxo de estabilização monetária, baseado no programa neoliberal: Collor deveria minimizar o máximo possível o papel regulador do Estado na economia (MINELLA, 1993).

No entanto, o Governo Collor, no anúncio do Plano Collor I, em março de 1990, não contemplava plenamente as reivindicações da burguesia bancária e financeira⁶. Como se mencionou, o governo aplicou um plano de estabilização, utilizando-se de instrumentos como o congelamento de preços para conter a inflação, o confisco de ativos financeiros aplicados em poupança, em conta corrente e em *overnight*. Em referência ao *overnight*, Wallace Junior havia sido taxativo ao defender a sua manutenção. Mas o governo, através da política de confisco, dificultou bastante a ativação de novas aplicações, acabando por extingui-la no Plano Collor II, o que, pois, contrariava os interesses do grande capital bancário e financeiro (MINELLA, 1993).

Diante dos altíssimos índices inflacionários, a burguesia bancária e financeira reivindicou um controle monetário “razoável” – já que esse cenário econômico havia levado o Governo Collor a adotar medidas consideradas “excessivas e erráticas” no âmbito da economia, gerando rentabilidade diferenciada entre os grupos financeiros –, assim como uma contenção da carga tributária, visando garantir maior liberdade de empreendimento e rentabilidade para o setor. No entanto, como se viu, Collor procurou aumentar, no segundo ano de governo, o IOF.

Enfim, essas questões giravam em torno da defesa de um plano ortodoxo de estabilização monetária e foi justamente esse aspecto que levou a burguesia bancária e financeira a pressionar por uma maior participação no processo de decisão de aplicação das medidas neoliberais – ou melhor, tratava-se de uma correção de rota. Por um lado, o grande capital bancário e financeiro foi amplamente contemplado pela política neoliberal de Collor, com a abertura comercial brusca, o enxugamento do quadro de funcionários públicos, os avanços na política de “livre negociação salarial”⁷ (veja-se o caso das câmaras setoriais, analisadas mais adiante), a eliminação da política salarial que repunha automaticamente a perda salarial decorrente da inflação⁸ e os incentivos à participação do capital bancário e financeiro nos processos de privatização. Por outro lado, o governo editou uma série de intervenções na economia que feriu os interesses econômico-corporativos do referido setor.

A solução para o caso deu-se através das pressões pela substituição de Zélia Cardoso de Mello e pela nomeação, para o cargo de ministro da Economia, de Marcílio Marques Moreira, que era mais afinado às teses liberalizantes e aos interesses da burguesia bancária e financeira. Essa mudança resultou numa importante correção de

⁶ Quando nos referimos à burguesia bancária e financeira, fazemos alusão, respectivamente, à fração burguesa que cumpre, nesta conjuntura, a mera função de intermediadora dos interesses imperialistas na formação social brasileira (no caso, os bancos nacionais) e ao capital financeiro internacional propriamente dito que realiza de maneira induzida a reprodução ampliada do capital.

⁷ A proposta de livre negociação salarial tem nos anos 90 um conteúdo distinto do apresentado nos anos 80. Se nos anos 80 essa proposta representava uma resistência à intervenção estatal e associava-se à defesa da liberdade e autonomia sindical, nos anos 90 essa reivindicação sustenta-se sob a égide da ideologia neoliberal. Como afirma Galvão (2003, p. 182-3): “(...) nos anos 90 (...) enquanto os sindicatos combativos, ligados à CUT, continuam a encará-la como uma maneira de ampliar a participação sindical no processo de negociação coletiva, fortalecendo as organizações dos trabalhadores, a burguesia e parte do movimento sindical busca reduzir algumas formas de intervenção estatal nas relações entre capital e trabalho, restringindo os constrangimentos legais à compra e à venda da força de trabalho. Assim, enquanto a primeira perspectiva está associada à tentativa de democratizar as relações de trabalho, a segunda vincula-se à limitação de direitos”.

⁸ A lei 8.030/90 alterou a política salarial.

rota da política econômica do Governo Collor, traduzindo-se, na prática, num significativo avanço da

“liberalização das normas relativas ao capital estrangeiro e à articulação com o mercado financeiro internacional. O acesso de aplicadores estrangeiros nas bolsas de valores brasileiras foi ampliado, assim como foram relaxadas as condições para a remessa de lucros; e as condições de acesso ao crédito externo foram bastante facilitadas (ANDREI; SAMPAIO, 1995, p. 30).”

O panorama acima indica que as relações entre o governo e a fração do capital bancário e financeiro foram marcadas por pontos de convergência e por tensões. Para implementar as medidas neoliberais, o Governo Collor isolou-se politicamente, não atendendo às reivindicações por participação política em sua política econômica. Com a edição de medidas intervencionistas, esse governo criou certos empecilhos para a ampliação dos rendimentos do grande capital bancário e financeiro. Certamente, a entrada de Moreira no Ministério da Economia, no segundo ano do mandato de Collor, amenizou as tensões, mas a continuidade da inflação, das medidas regulatórias e a impossibilidade de uma participação política mais ampla do setor burguês hegemônico acarretaram o prosseguimento do estado de tensão. Por parte da burguesia bancária e financeira, houve concordância em relação ao programa neoliberal, mas não em relação ao comportamento político do governo.

Assim como os banqueiros, a grande burguesia industrial também aderiu às propostas neoliberais, entendidas como forma de superar a crise fiscal do Estado. As políticas de abertura comercial, privatização e desregulamentação do mercado foram demandas desse setor durante o Governo Collor. No entanto, a implementação dos ajustes neoliberais não se deu sem incitar conflitos com os industriais que lutavam para preservar seus interesses corporativos.

A maneira brusca como o Governo Collor realizou a abertura comercial impôs sérias dificuldades à indústria brasileira, constituindo-se no alvo das principais críticas do setor. Uma das principais organizações políticas da grande burguesia industrial, a FIESP, procurou pressionar o governo pela redução do ritmo da política de abertura comercial. Isto é, apesar de apoiar a política de abertura econômica do país – entendida como meio de dinamizar a economia e torná-la mais competitiva –, os industriais consideravam que, para tanto, era necessário construir uma política de abertura gradual para que a indústria brasileira pudesse se adequar às novas exigências do mercado. No contexto de recessão econômica que achatava a produtividade das indústrias, uma política de abertura comercial ampla caracterizava-se como um grave óbice para a indústria brasileira. A propósito, Bianchi Mendez (2004, p. 229) assevera:

“A combinação dessa política recessiva com a abertura comercial teve um impacto extremamente negativo sobre a indústria. A crescente exposição ao ambiente competitivo e o favorecimento do setor exportador reforçaram uma tendência, presente na década anterior, à queda da produção industrial. O impacto negativo da abertura comercial sobre a indústria era, entretanto, agravado pela recessão existente.”

Diante desse quadro, desenvolveu-se um forte processo de desindustrialização no país, repercutindo de maneira diferenciada nos diversos ramos de atividade industrial. Como atesta Bianchi Mendez (2004), enquanto os setores da indústria mecânica, de plásticos e de vestuário foram duramente afetados pela abertura às importações, o mesmo não ocorreu com os setores de produtos alimentares, bebidas, fumo, perfumaria e de extração mineral, os quais obtiveram, no período, índices consideráveis de rendimento.

O confisco de 70% dos ativos financeiros do setor privado e o congelamento dos preços foram outras medidas do governo que geraram insatisfações no seio da burguesia industrial (BIANCHI MENDEZ, 2004). O confisco, por prejudicar os rendimentos financeiros dos grandes industriais, e o congelamento, por não permitir o repasse dos custos da recessão para os preços.

Assim como ocorria em relação ao setor financeiro, as reivindicações da grande burguesia industrial circunscreviam-se ao âmbito corporativo, não apresentando uma alternativa global ao neoliberalismo. No caso dos industriais, o que se observava era uma oscilação entre um discurso liberalizante e outro que não descartava a intervenção estatal como forma de assegurar seus interesses corporativos.

Da mesma forma que os banqueiros, a grande burguesia industrial pressionou o governo, visando maior participação no processo de implementação da política neoliberal. Essa pressão deu-se, num primeiro momento, pouco tempo depois da vitória de Collor, quando os industriais indicaram o nome de José Serra para ministro da Economia, mas a operação foi malsucedida.

No decorrer do mandato, essas pressões retornaram, tanto que Collor isolou instâncias de formulação e implementação de políticas econômicas para se livrar das pressões do empresariado. Segundo Diniz e Boschi (2000), durante esse governo, foram extintos vários conselhos e comissões de caráter consultivo e mesmo deliberativo os quais garantiam a participação dos interesses empresariais. Logo, conjuntamente com o setor financeiro, os industriais pressionaram o governo, principalmente a partir do final de 1990, quando os efeitos da política do governo exprimiam-se de maneira mais nítida. Defenderam o nome de Marcílio Marques Moreira para o Ministério da Economia. Com a posse de Moreira, a relação com o governo tornou-se mais harmoniosa, mas o desempenho fraco da economia durante o ano de 1991 e, principalmente, a antecipação em seis meses do cronograma de redução das tarifas alfandegárias, em fevereiro de 1992, fez as tensões entre a burguesia industrial e o governo aflorarem e ganharem uma certa centralidade no cenário político-econômico (BIANCHI MENDEZ, 2004).

No conjunto das políticas aplicadas pelo Governo Collor, setores da grande burguesia industrial saíram ganhando. O governo promoveu a política de “livre negociação” articulada em torno das câmaras setoriais e do chamado “entendimento nacional”. Abriu o processo de privatização, que teve a participação de setores da grande burguesia industrial nos leilões das empresas estatais. Entretanto, o isolamento político do Governo Collor levou-o a conflitos com representantes da burguesia no país.

No tocante ao comportamento político dos segmentos da classe média e dos trabalhadores na conjuntura inicial dos anos 90, é possível dizer que a adesão à plataforma neoliberal, ao contrário dos setores apresentados acima, foi difusa. A ideologia neoliberal oferecia uma resposta à revolta popular contra as características antipopulares do modelo econômico e social herdado da política desenvolvimentista e populista. Nesse sentido, pode-se afirmar que a ideologia neoliberal soube explorar as contradições, debilidades e insatisfações populares relacionadas ao modelo econômico e social do período anterior, conseguindo apresentar o seu modelo como solução progressista para aquela herança. O individualismo secretado pelo mercado e pelo direito, a ideologia meritocrática – forte particularmente na classe média – e a ideologia de ascensão pelo trabalho, presente no meio operário, representavam trunfos dos quais dispunha o neoliberalismo para difundir-se junto às classes trabalhadoras.

A criação da Força Sindical com o apoio do governo federal e da FIESP, em 1991, foi um importante acontecimento no cenário sindical brasileiro. Essa central sindical tornou-se um instrumento político determinante para a difusão do neoliberalismo no seio das classes trabalhadoras e para a descaracterização do sindicalismo combativo, liderado pela CUT (TRÓPIA, 2002; 2009). Sendo composta majoritariamente por sindicatos do setor privado, a Força Sindical fomentou a difusão da ideologia antiestatista no seio do sindicalismo através da crítica ao funcionalismo público, aos incentivos do Estado às empresas estatais em detrimento das empresas do setor privado e à precariedade dos serviços públicos (TRÓPIA, 2002; 2009).

No que se refere à ação prática da Força Sindical durante o Governo Collor, observa-se a articulação de duas frentes principais: participação ativa nos processos de privatizações das empresas estatais e de desregulamentação do mercado de trabalho, assim como em boicotes de greves gerais organizadas pela CUT e CGT.

Em 1991, ano que começou a ofensiva do Governo Collor contra as empresas estatais, a Força Sindical controlava os sindicatos de trabalhadores das maiores empresas siderúrgicas do país, entre os quais, o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA), que representava os trabalhadores da primeira estatal privatizada por esse governo: a USIMINAS.⁹ Essa presença da Força Sindical era uma condição extremamente favorável à consecução dos leilões de privatização. A Força Sindical contou ainda com o apoio do governo federal para engajar os funcionários das empresas estatais na proposta privatista. Em relação a esse fato, Boito Jr. (1999, p. 187) ressalta que:

“As direções das empresas estatais e do BNDES reservaram (...) vários lotes de ações aos funcionários das empresas a serem privatizadas – eles poderiam adquirir-los a preço menor e com financiamento subsidiado, através de clubes de investimento ou de fundações que viessem a constituir. Esse recurso não só permitiu cooptar (...) a burguesia de Estado, como também neutralizou a virtual oposição dos trabalhadores à privatização das empresas nas quais trabalhavam.”

No tocante à sua atuação no processo de desregulamentação do mercado de trabalho, a Força Sindical apostou na política de livre negociação entre capital e trabalho, defendendo a estratégia de participação nos lucros e resultados das empresas. Trópia (2002, p. 178) afirma que

“...desde 1991, sindicatos da base da Força Sindical (comerciários de São Paulo, metalúrgicos de Osasco, Guarulhos e de São Paulo) vinham realizando acordos coletivos que instituíam na prática a PLR [Participação nos Lucros e Resultados] em algumas empresas. Defendida como uma forma de melhoria das condições salariais do trabalhador, esta forma de remuneração do trabalho pulveriza as negociações e favorece o avanço da remuneração variável, isto é, dependente do desempenho da empresa.”

Na verdade, essa central sindical já praticava, durante o Governo Collor, formas de flexibilização dos rendimentos, muito antes de tais procedimentos terem sido regulamentados pelo Estado, como ocorreu, em 1994, através da Medida Provisória 794, que regulamentou a PLR. Além desse aspecto, o principal sindicato vinculado à Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), no começo de 1992, adotou a flexibilização da jornada e do contrato de trabalho durante um processo intenso de demissões no setor metalúrgico, propondo a “jornada flexível” como meio para se obter estabilidade no emprego. Assim, as empresas passariam a estabelecer a jornada de trabalho de acordo com sua produtividade (TRÓPIA, 2002).

Em face desses aspectos, pode-se concluir que, a despeito das tensões políticas que marcaram a relação entre o governo e os setores dominantes, esses se colocaram na ofensiva durante o Governo Collor, procurando imprimir a todo custo a política neoliberal. Quanto a segmentos da classe média e do operariado é possível observar que sofreram o impacto da ideologia neoliberal, pelo fato de terem apoiado ativamente alguns dos pilares da política neoliberal no Brasil. A Força Sindical teve um papel importante nesse processo, tornando-se durante o Governo Collor um instrumento político de difusão das idéias neoliberais no seio do operariado brasileiro.

⁹ O discurso da ineficiência das empresas estatais pregado pelo Governo Collor, nesse caso, mostrou-se pouco “realista”. Como observa Trópia (2002, p. 171): “Em 1991, a Usiminas tinha índices de desempenho comparáveis aos dos países desenvolvidos. Era a sétima maior empresa do país, segundo a classificação da revista *Exame*. Produzia 7,46 toneladas de aço líquido por homem ao ano, quase o dobro da média nacional. Segundo a *World Steel Dynamics*, a Usiminas ocupava o segundo lugar em eficiência entre as 153 principais siderúrgicas do mundo”.

4 A natureza da crise do governo Collor (1992)

Como vimos, a conjuntura de implantação da política neoliberal no Brasil, iniciada com o Governo Collor, conduziu o país a um período de forte recessão econômica, crescimento das taxas de desemprego, elevação dos índices inflacionários, deterioração dos serviços e infra-estrutura públicos – principalmente da área de educação e de saúde –, desindustrialização e arrocho salarial, dentre outras consequências. A despeito de os efeitos produzidos pela política neoliberal terem repercutido de maneira desigual sobre os rendimentos das classes médias, do operariado e das frações do bloco no poder, no geral, foram bastante prejudiciais para os rendimentos dos estratos inferiores desses segmentos e classes sociais.

O descontentamento social gerado pela implementação da política neoliberal nesse período apresentou-se fundamentalmente sob a forma de pressões sobre o ritmo de aplicação e sobre os efeitos dessa política. Enquanto que setores vinculados ao grande capital industrial reclamavam dos efeitos do acelerado processo de abertura comercial, o grande capital bancário e financeiro mostrava-se insatisfeito com a morosidade do governo federal para aprovar as medidas de desregulamentação da economia. No plano do movimento popular e sindical, as reivindicações relacionavam-se, sobretudo, à desvalorização salarial e à queda do número de empregos. Isso significa que essas insatisfações criadas pelo início da implantação do modelo neoliberal no Brasil manifestaram-se, com mais intensidade, como lutas econômico-corporativas, ocultando-se ou subdimensionando-se a denúncia da política neoliberal e o caráter de classe desta.

As insatisfações provocadas pela aplicação da política neoliberal repercutiram não só no plano da ação econômico-corporativa, mas também no terreno dos partidos políticos, resultando no surgimento de conflitos localizados entre o executivo e o legislativo durante o Governo Collor. A centralização do poder na esfera do executivo e a concentração de poderes na área econômica foram aspectos importantes que contribuíram para elevar o grau de descontentamento dos partidos do bloco no poder em relação ao governo federal. Esse descontentamento pode ser evidenciado nas insistentes pressões desses partidos políticos por maior participação na elaboração e na implementação da política econômica e social. Ao longo dessa conjuntura, tais pressões foram acumulando-se e intensificando-se, todavia o governo dificultava a abertura de espaços de participação política para os partidos do bloco no poder, o que o conduziu progressivamente ao isolamento político. Essas condições são propícias para o aparecimento de uma crise de governo num sistema presidencialista, como é o caso do sistema de governo brasileiro. De acordo com Saes (1998), quando se projeta a ausência de apoio parlamentar à presidência, tornam-se mais favoráveis as condições para o surgimento de crises de governo “positivas”.

A despeito de os elementos supracitados corresponderem a muitos dos aspectos presentes na crise deflagrada durante o Governo Collor, é necessário analisar ainda o papel das denúncias de corrupção contra esse governo nessa conjuntura, a fim lograr obter uma caracterização mais rigorosa das condições objetivas dessa crise e paralelo a isso analisar três aspectos importantes: a) o papel exercido pela mídia nesse momento político; b) as características constitucionais de resolução de prática de corrupção, envolvendo a participação do presidente da República; e c) a relação entre o isolamento político do governo federal e a prática de corrupção no Estado burguês.

As denúncias de corrupção envolvendo membros da equipe governamental difundiram-se com muita rapidez durante os dois primeiros anos do Governo Collor

(1990-1991). Entre as formas mais conhecidas de corrupção constavam: *superfaturamento* de bens e serviços vendidos ao governo; *agilização de pagamentos* aos empreiteiros em troca de propina; *facilitação de contratos* com o governo através de “taxas de intermediação”; *fraudação de licitações públicas*; *manipulação das regras* para fornecimento de subsídios e incentivos fiscais para pessoas físicas ou jurídicas; *venda de informação* privilegiada das decisões governamentais; *arrecadação ilegal de fundos de campanha eleitoral* junto aos empresários (GEDDES; NETTO, 2000).

O descontentamento do grande empresariado em relação ao Governo Collor atingiu grandes proporções no primeiro semestre de 1992. Os grandes proprietários dos meios de comunicação, os mesmos que se somaram à campanha eleitoral de Collor em 1989, expressavam insatisfações em relação ao governo federal.¹⁰ No início do mês de maio, a revista *Veja* publicou uma entrevista em que Pedro Collor acusava o presidente da República de participação em negócios escusos. No dia 25 de junho, a revista *Istoé* divulgou a entrevista com Francisco Eriberto Freire França, motorista particular da secretária de Collor (Ana Acioli), o qual relatava que os depósitos das empresas de PC Farias eram feitos na conta dessa secretária. Esse episódio engendrou um deslocamento do foco da CPI do empresário PC Farias para o presidente Collor (GIANNOTTI, 1993).

O debate instaurado pela grande mídia, a partir dessas denúncias, deu-se em torno da revelação dos conflitos entre os membros da família Collor de Mello, não assumindo, pois, uma função politizadora do problema da corrupção no Estado burguês. Nesse sentido, os grandes meios de comunicação exerceram um papel ativo de despolitização das massas populares, tratando das denúncias de corrupção de modo a ofuscar a discussão sobre os efeitos políticos e sociais e o caráter de classe da política neoliberal implementada pelo Governo Collor. A exposição da intimidade da vida familiar contrapôs-se ao espetáculo da política (SENRA, 2001). Tudo se passou como se a corrupção tivesse origem nos conflitos familiares e fosse descolada do caráter parasitário do Estado burguês.

Não se tratou, portanto, de conceber a corrupção no Governo Collor como um problema crônico do Estado burguês, mas como um problema intrafamiliar, indissociável da prática patrimonialista, herdada dos tipos “tradicionais de organização da vida cotidiana”. Avritzer (2000) acredita, por exemplo, que os problemas de corrupção no Governo Collor representavam uma continuidade não-superada da prática patrimonialista, supostamente herdada da era Vargas. Nesse sentido, a família Collor reeditaria o coronelismo típico de sua região de origem, em nível nacional, confrontando-se diretamente com o suposto “projeto de modernização” que estaria sendo implantado no país.

Na análise que faz sobre o papel da mídia na apuração dos casos de corrupção, Marrach (1993, p. 144) salienta que

“Na cobertura do escândalo imperou a ideologia neoliberal vista como incompatível com a prática oligárquica. Mas as causas históricas do fenômeno foram esquecidas e a prática oligárquica foi reduzida à prática de corrupção. A recessão e a crescente miséria foram abordadas como produtos de uma ação política distorcida, ou seja, de um neoliberalismo apenas

¹⁰ A despeito de destacar os aspectos gerais da atuação da grande mídia, consideramos que há diferenças de posicionamento entre os diferentes órgãos e empresas da imprensa na conjuntura de crise do Governo Collor. Entre os jornais impressos, por exemplo, observamos que enquanto o jornal *Folha de São Paulo* participou de forma ativa da divulgação dos resultados da CPI desde o início das investigações, o jornal *O Estado de São Paulo* adotou esse posicionamento apenas no momento em que as manifestações de rua já haviam adquirido um caráter de massas. Tal fato pode ser um importante indicador da representação dos interesses classe desses órgãos, estando o primeiro mais alinhado aos interesses da burguesia industrial e o segundo aos interesses do capital bancário-financeiro nacional e internacional. Por se tratar de uma discussão polêmica e que está fora dos nossos objetivos de pesquisa, apresentamos apenas de modo indicativo as diferenças de posicionamento dos órgãos de imprensa.

retórico. O papel da política econômica neoliberal na reprodução ampliada da crise social não foi sequer tocado.”

Como Pedro Collor era irmão do presidente, a mídia expôs ao máximo a trama dos vínculos familiares entre o acusador e o acusado. As tensões no interior da família Collor, que tinham origem na disputa pela direção das Organizações Arnon de Mello de comunicação, passaram, então, a ganhar enorme projeção no cenário político nacional.¹¹

Acredita-se que esse “abalo político” provocou o surgimento do movimento pela ética na política, cujo discurso hegemônico – o discurso da ética – relegou ao segundo plano ou mesmo eliminou os problemas concretos relacionados com a implantação da política neoliberal no país. Analisando os editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, no período de junho a dezembro de 1992, Carvalho (2002) observa que o discurso centrado na ética e na mudança dos políticos foi a saída encontrada pelos grandes empresários dos meios de comunicação para lograr a substituição do presidente sem que se alterasse o programa econômico neoliberal. Nesse sentido, pode-se sustentar que a despeito de a grande mídia ter tido um papel progressista na luta pela deposição do presidente da República, o conteúdo de seu discurso assumiu uma feição conservadora, à medida que previa a manutenção de uma política antipopular e, dissimulava o fato de que a prática de corrupção configura-se como um expediente inerente ao Estado burguês. Esse caráter conservador da crítica à corrupção no Governo Collor contrapôs-se à politização das massas populares. A grande mídia brasileira taticamente procurou despolitizar as massas populares nessa conjuntura política, fundando a crítica moralista à corrupção no governo dentro dos limites da moral de classe da burguesia.

Assim, ao contrário da análise empreendida por Rodrigues (1997), não entendemos que as mobilizações estudantis, surgidas no segundo semestre de 1992, tenham sido mero reflexo, no plano das representações simbólicas e políticas, das narrativas produzidas pela mídia. Entendemos que o papel da grande mídia é extremamente importante para discutir o conteúdo das alternativas apresentadas na conjuntura de crise do Governo Collor, mas não deve ser tomado como única variável explicativa para o entendimento das manifestações estudantis nesse período, como analisaremos mais adiante.

Quanto ao segundo ponto das denúncias contra o governo, observa-se, de acordo com o artigo 85 da Constituição brasileira de 1988, que são considerados crimes de responsabilidade, os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, em especial, contra:

“I – a existência da União; II – o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV – a segurança interna do País; V – a probidade na administração; VI – a lei orçamentária; e VII – o cumprimento das leis e das decisões judiciais.”

As acusações dirigidas ao presidente da República evidenciavam que ele havia infringido dois pontos importantes desse artigo, isto é, Collor teria procedido de modo incompatível com a “dignidade”, a “honra” e a “decência” do cargo e teria permitido a infração da lei e da ordem pública.

Para os propósitos deste artigo, é relevante discutir o encaminhamento constitucional oferecido pelo artigo 85 no caso de abertura de processo de *impeachment* do presidente. Ou seja, de acordo com a Constituição Federal, esse processo é definido como um processo criminal. Nesse sentido, Collor seria afastado do cargo de presidente

¹¹ Depois da publicação das denúncias, a mãe do presidente, Leda Collor, tentou defendê-lo, difundindo a idéia de que Pedro Collor vinha sofrendo de problemas psicológicos (problemas de “cabeça”) e que suas declarações não tinham nenhuma validade jurídica (TOSI RODRIGUES, 2000).

da República, caso fosse responsabilizado pelo crime de agir contra a “proibidade na administração” e o “cumprimento da lei e das decisões judiciais”.

Sobre o caráter criminal do processo de *impeachment* do presidente, é interessante a análise histórica das Constituições brasileiras feita por Comparato (2000). De acordo com esse autor, desde a formulação da primeira Constituição republicana brasileira, em 1891, houve uma nítida influência da tradição de responsabilização criminal nos processos de *impeachment* do presidente da República. Isto é: “No sistema jurídico brasileiro, delitos passíveis de *impeachment* são de fato crimes e, portanto, em contradição com o modelo americano [que define o *impeachment* como um processo político] (...)” (COMPARATO, 2000, p. 114).

A consequência principal desse tratamento criminal conferido ao processo de *impeachment* parece ser a de reforçar o efeito ideológico produzido pelo funcionamento da instituição presidencial no Estado democrático-burguês sobre as massas populares, que Saes (1998) chamou de “dupla personificação do Estado”. Isto é, esse tratamento contribui, por um lado, para dissimular a existência de um complexo aparato estatal, gerando, nas massas populares, a sensação de que esse aparato resume-se em um único indivíduo: o presidente da República; e, colabora, por outro lado, para ocultar o caráter de classe da ação política das lideranças partidárias, tornando possível a personalização da ação política dessas lideranças e fomentando a relação entre estas e as massas populares em termos de traços psicológicos ou condutas individuais, em vez de plataforma política.

Na crise do governo Collor, é possível perceber a combinação desse duplo efeito ideológico. O primeiro efeito fez sobressair mediante o alcance limitado que tiveram as denúncias de corrupção contra o presidente Collor, não abrindo espaço para o questionamento da corrupção como um expediente inerente ao Estado burguês. Isto é, as denúncias de corrupção no governo tiveram como alvo privilegiado a conduta suspeita do indivíduo-presidente e ocultaram a dimensão estrutural da corrupção no Estado burguês. O segundo efeito ideológico pode ser identificado nos motes moralizantes supostamente universais, em defesa da ética na política, que vieram à tona com significativa força nas mobilizações pró-*impeachment*, em detrimento da denúncia da política econômica implementada pelo governo. Ou melhor, o discurso hegemônico dessas mobilizações tratou de condenar a ação corrupta ou a figura do presidente Collor, relegando ao segundo plano a denúncia da política neoliberal.¹²

Como se mencionou, a mídia exerceu um papel importante, logrando tratar a crise do governo como um problema familiar, através de um discurso que advogava em favor da ética. Os trâmites constitucionais para abertura do processo de *impeachment* também empurravam a sociedade brasileira para uma resolução moralista da crise.

O que parece ser central para discutir o lugar ocupado pelas denúncias de corrupção na crise política de 1992 é o isolamento político do Governo Collor. Esse isolamento possibilitou a abertura do processo de *impeachment* contra o presidente da República. Uma comparação pode ser estabelecida com um episódio parecido ocorrido com o Governo Sarney.

Durante esse governo, foi instalada uma CPI para investigar os atos do Ministério do Planejamento, acusado de liberar recursos para estados e municípios que apoiavam o presidente Sarney. Contudo, o governo logrou apoio parlamentar para barrar o processo de *impeachment*. Isto é, o Governo Sarney, diferentemente do

¹² Algumas análises dessa conjuntura deram excessivo destaque à crítica das características pessoais do presidente Collor, taxando-o de “arrogante”, “provinciano”, “figura messiânica”, “aventureiro”, “consumidor de drogas”, “falsificador”, “*bon vivant*”. Ver, por exemplo, os seguintes textos: OLIVEIRA, 1992; NEVES; FAGUNDES, 1993; SKIDMORE, 2000.

Governo Collor, contava com uma sólida base de apoio político, principalmente, no Congresso Nacional. Esse fato foi de fundamental importância para a sustentação de Sarney no poder (AVRITZER, 2000).

O apoio parlamentar é um importante trunfo do qual deve dispor um governo capitalista para impedir a abertura de uma CPI, o prolongamento desta ou mesmo a abertura de um processo de *impeachment* contra o presidente. A ausência de apoio parlamentar somada às insatisfações sociais em relação à política do Governo Collor tornaram bastante frágil a possibilidade de que este impedisse a abertura do processo de *impeachment*.

Sobre o apoio parlamentar, resta comentar ainda que a adoção de determinadas políticas econômicas que favoreçam certos segmentos sociais e/ou a distribuição de cargos públicos não são os únicos trunfos à disposição de um governo capitalista para ampliar e fortalecer o seu poder na esfera do legislativo. O uso ilegal de verba pública, visando a conquista de apoio político é outro elemento a ser considerado. Como assegura Giannotti (1993), em 1992, o Governo Collor tentou comprar votos de deputados para impedir a votação do *impeachment*. Segundo o autor, em meio às investigações do caso PC Farias, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, chegou a liberar 3,4 trilhões de cruzeiros do orçamento da Previdência Social do FGTS para financiar a compra de votos. Tal manobra, no entanto, não foi suficiente para conter as manifestações contra o governo, no segundo semestre de 1992, as quais conferiram uma diluição ainda maior da base de apoio político de Collor.

Com o esgarçamento da frente de apoio do Governo Collor, as denúncias de corrupção contra o Governo Collor tiveram a função de potencializar os conflitos que haviam se aglutinado naquela conjuntura, ou melhor, as denúncias de corrupção envolvendo o presidente surgem numa conjuntura em que a sua base de apoio já estava bastante fragilizada e as insatisfações sociais em relação aos efeitos da política neoliberal atingiam níveis crescentes.

Entende-se aqui que, numa situação de crescimento econômico, a tolerância em relação à corrupção no governo poderia ser mais ampla. Ocorre que num momento em que a própria base de apoio do Governo Collor estava desgastada e a recessão econômica produzia efeitos deletérios sobre os rendimentos de diversos segmentos sociais, o aparecimento de denúncias de corrupção contra o governo tende a ter um impacto negativo para a continuidade deste no poder.

Diante dos argumentos apresentados e das ponderações feitas ao longo deste artigo, pode-se sustentar que a crise política desencadeada durante o Governo Collor *não se configurou como uma crise do bloco no poder neoliberal*, pois a despeito das tensões existentes entre esse governo e certas frações do bloco no poder, produzidas por alguns dos efeitos gerados pela aplicação da política econômica neoliberal e pela ausência de participação dessas frações no processo de implantação dessa política, não se questionaram as causas desses efeitos, isto é, não se desnudou a crítica do modelo econômico representado no Estado. As críticas das frações do bloco no poder à política econômica do Governo Collor foram pontuais – e não globais – e visavam contemplar determinados interesses econômico-corporativos afetados por essa política. Essa *crise também não se definiu como uma crise do regime político em vigor*, visto que “ela deu ensejo à reafirmação do ordenamento jurídico estabelecido pela Constituição de 1988, cujos dispositivos criados para resolver o tipo de problema em questão – a comissão parlamentar de inquérito, a figura do *impeachment* – revelaram-se eficazes (...)” (CRUZ, 1997, p. 403). Afirma-se, assim, que o conflito executivo/legislativo exprimia uma *crise de governo* provocada pelo *modo* como o Governo Collor vinha implantando a plataforma neoliberal. Enfim, a crise política de 1992 não é uma crise dessa

plataforma, mas é produzida pelos efeitos políticos e sociais da transição ao modelo neoliberal.

Resta ainda tratar das condições subjetivas dessa crise. Chamam-se aqui de condições subjetivas aquelas associadas mais propriamente à capacidade de determinadas classes e frações de classe de conduzir ações suficientes para afastar do poder, no caso da crise do governo brasileiro, o presidente da República. Vejamos, então, quais as características principais das mobilizações na conjuntura de crise do Governo Collor.

5 O caráter de classe do movimento “Fora Collor!”

As condições objetivas da crise política ocorrida em 1992 não engendraram efeitos negativos sobre o bloco no poder neoliberal e nem sobre o regime político “democrático” no Brasil. Isso ocorreu porque os aspectos centrais dessa crise expressaram-se, principalmente, através dos conflitos entre o executivo e o legislativo e foram, em grande medida, motivados pelos efeitos da implantação da política neoliberal no país. Na sua luta contra o executivo, o legislativo expressava as insatisfações variadas com os efeitos da implantação do modelo neoliberal. Como foi observado, as denúncias de corrupção aprofundaram o processo de crise do Governo Collor, operando no sentido de “racionalizar” o Estado burguês e manter a prática de corrupção sob controle, não atingindo o bloco no poder neoliberal – o que poderia colocar em crise o próprio modelo econômico.

Com altos níveis inflacionários, recessão econômica, desemprego crescente, entre outros fatores, houve um declínio do movimento sindical no Brasil. Os indicadores de participação de trabalhadores nas mobilizações grevistas são dados importantes para evidenciar esse quadro de refluxo do movimento sindical, principalmente em comparação com os índices obtidos no decorrer dos anos 80. Essa participação decaiu de 12,4 milhões de trabalhadores, em 1990, para apenas 2,9 milhões, em 1992.

A despeito desse recuo do movimento sindical, é possível dizer que a partir do segundo semestre de 1991, o lema “Fora Collor” foi motivo de acirrados debates e aos poucos foi obtendo certa repercussão, principalmente, em entidades representativas do operariado e das classes médias, tais como a CUT, a UNE e o PT.

No 4º. Congresso da CUT (CONCUT), realizado em setembro de 1991, houve uma cisão da Central em dois blocos principais. De um lado, situava-se o bloco representado pela tendência majoritária da Central, a Articulação Sindical, e pelas tendências aliadas (Nova Esquerda, Vertente Socialista e Unidade Sindical). De outro lado, estava o bloco composto pelas tendências CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista e outros pequenos grupos.

O bloco capitaneado pela Articulação Sindical acreditava que a superação da crise só poderia ser possível com a retomada do desenvolvimento com distribuição de renda (GIANNOTTI, 1993; JÁCOME RODRIGUES, 1997). Entre as principais diretrizes desse modelo de desenvolvimento constavam: aumento de 147% do valor das aposentadorias, política salarial e de emprego que contemplassem os mais amplos setores da sociedade brasileira, defesa das estatais e do serviço público, reforma agrária e suspensão do pagamento da dívida externa (TATAGIBA, 1998). De acordo com Giannotti (1993, p. 17): “Nesta visão admite-se, no fundo, que Collor deve ficar até o final do mandato e que é possível, neste governo, implementar outras saídas que não sejam aquelas levadas adiante por ele”. A palavra de ordem utilizada pela Articulação Sindical para caracterizar essa tese foi “Diga não a Collor”, isto é, a CUT deveria fazer

oposição ao Governo Collor, mas não se tratava de pedir o *impeachment* do presidente da República nesse momento.

O outro bloco propunha-se a lutar pelo aprofundamento da “ingovernabilidade” do Governo Collor. Como afirma Giannotti (1993, p. 73): a “...ingovernabilidade [nesse caso] não significa caos, significa não reconhecer legitimidade a esse governo”. A palavra de ordem que sintetizava as propostas desse bloco era “Fora Collor Já e Eleições Gerais”, ou melhor, o significado do aprofundamento da “ingovernabilidade” do Governo Collor traduzia-se na defesa do *impeachment* de Collor e na realização de novas eleições gerais para presidente da República.

Com o avanço da crise política do Governo Collor, em 1992, a Articulação Sindical adotou o lema “Não Colla Mais”, passando a defender, em julho de 1992, na 5ª. Plenária Nacional da CUT, o mote “CPI pra valer, *impeachment* e pelo fim do Governo Collor”. Tal posicionamento significou aceitar a posse de Itamar Franco, vice-presidente da República, como algo dado. É possível observar aqui uma moderação da política da Articulação Sindical, à medida que essa tendência da CUT passa a secundarizar a oposição à política econômica do governo federal e restringir a luta contra esse governo dentro dos limites constitucionais. Em vez de radicalizar o debate político instaurado pela crise do governo, denunciando a política neoliberal implementada pelo governo federal e defendendo eleições gerais, a corrente majoritária da CUT optou por uma intervenção moderada e legalista nessa conjuntura política.

Tatagiba (1998) aponta para uma visão um pouco distinta a respeito do que denominamos intervenção legalista. Segundo essa autora, ao participar do Movimento pela Ética na Política (MEP), a CUT apresentou um diferencial em relação às outras entidades participantes, ou melhor, a CUT distanciava-se do viés predominantemente legalista das organizações pertencentes ao MEP, à medida que tinha uma descrença em relação ao corpo legislativo e organizava protestos e mobilizações contra o governo. Retificando a tese da autora, entendemos que a organização de mobilizações contra o governo é um dado insuficiente para caracterizar a CUT como distante do legalismo, pois o que nos parece capital, para tanto, são as propostas mobilizadas pela Central que, como vimos, restringiam-se à luta pelo cumprimento constitucional do dispositivo do *impeachment*. Faltou, além disso, à análise de Tatagiba uma observação importante: as mobilizações e protestos contra o Governo Collor foram decisões tomadas pelas tendências de oposição à Articulação Sindical no interior da CUT.

O posicionamento adotado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) esteve diretamente vinculado às posições tomadas pelo PCdoB, visto que a tendência majoritária dessa entidade estudantil, a União da Juventude Socialista (UJS), era composta por membros desse partido político. Em linhas gerais, é possível observar que o PCdoB oscilou de uma postura crítica à política do governo federal a uma postura mais moderada. Em meados de 1991, o PCdoB, apresentando-se como crítico da política neoliberal do Governo Collor, apontava para a necessidade de defender a palavra de ordem “Fora Collor” e proceder à realização de novas eleições gerais para presidente da República (GIANNOTTI, 1993). No entanto, em maio de 1992, esse partido político retirou a defesa das eleições gerais, pretendendo “ampliar” o leque de alianças para derrubar o presidente. A crítica à política neoliberal foi colocada em segundo plano e o posicionamento favorável ao *impeachment* ganhou centralidade. Tais mudanças ocorridas no PCdoB repercutiram no posicionamento tático da UNE. Em maio de 1992, a palavra de ordem “Fora Collor e Eleições Gerais” foi aprovada por ampla maioria dos estudantes no 42º. Congresso da UNE (CONUNE). Contudo, um mês depois, a direção da UNE redefiniu seu posicionamento diante da conjuntura,

defendendo a proposta do “*Impeachment Já*” (GIANNOTTI, 1993).¹³ Isto significou, na prática, o abandono da proposta de eleições gerais e a defesa da posse de Itamar Franco. Ou seja, o enquadramento constitucional do movimento e da crise.

O 1º. Congresso Nacional do PT, realizado no final de 1991, também foi palco de ferrenhos debates entre as tendências internas no que diz respeito às políticas a serem adotadas diante do Governo Collor. A tendência hegemônica desse partido político, a Articulação, defendeu a antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo, vinculando-a à realização de amplas reformas democráticas no Estado. Não descartou a tese do *impeachment* de Collor, mas também não colocou em questão a redução do mandato desse governo. Prova disto, é observável no lema de campanha “Feliz 94”, adotado pela corrente Articulação, que aludia às expectativas em torno de uma possível vitória do PT nas eleições presidenciais de 1994 (GIANNOTTI, 1993).

As tendências Convergência Socialista e O Trabalho assumiram uma posição mais contundente em relação ao governo federal. Essas correntes petistas apostavam no fim do mandato de Collor, fazendo uso da palavra de ordem “Fora Collor” e defendendo a realização de eleições gerais.

A proposta vencedora foi a apresentada pela corrente Articulação, o que colocou o PT numa perspectiva mais moderada frente às questões palpitantes da conjuntura de crise do Governo Collor. A tese aprovada demonstra claramente que o PT centrava sua posição na crítica aos efeitos da política neoliberal e nos casos de corrupção envolvendo o Governo Collor. Radicalizar a oposição ao Governo Collor com a defesa de eleições gerais e a denúncia do caráter de classe da política neoliberal não estava no horizonte desse partido político. O diagnóstico da conjuntura política, feito pelos petistas, evidencia o que vimos afirmando:

“O governo Collor é, hoje, o principal instrumento de aprofundamento da crise. Fartas denúncias de corrupção, amplamente divulgadas pela imprensa, cercam o seu governo, envolvendo ministros, assessores diretos e até mesmo sua família. Os mínimos padrões de responsabilidade e idoneidade no trato da coisa pública são quebrados. Ao mesmo tempo em que faz exatamente o contrário dos mais veementes compromissos que assumiu durante a campanha, de forma autoritária viola, segundas vezes, até a própria Constituição. Pior ainda: quando a crise social atinge proporções catastróficas, prossegue sua política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados, de descabimento da Previdência Social. Por isso mesmo, cresce entre a população o sentimento legítimo de que é preciso dar um basta à política de Collor. (...) Caso se caracterize jurídica e politicamente crime de responsabilidade do presidente Collor, o PT não hesitará em recorrer ao *impeachment* em defesa da democracia (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 539).”

Esse panorama que se traçou a respeito das organizações mais representativas dos setores de classe média e do operariado possibilitou evidenciar alguns dos arranjos políticos presentes na conjuntura de crise do Governo Collor. Como se observou, houve um nítido deslocamento da tática política das organizações analisadas para um posicionamento moderado diante do Governo Collor. Ainda se faz imprescindível caracterizar o conteúdo de classe das manifestações de massa do segundo semestre de 1992 as quais pressionaram pela saída do presidente Collor do poder federal.

Por paradoxal que possa parecer, com o progressivo acirramento da crise política no Brasil, as críticas feitas à política econômica e social implementada pelo governo federal perderam fôlego. Em contrapartida, a aposta no avanço das investigações de corrupção na base governamental, a defesa da ética na política e o chamado do *impeachment* de Collor passaram a ser a tônica da luta das forças sociais de oposição ao governo. A despeito de a luta contra a corrupção no governo ter sido o discurso

¹³ Ao fazer um balanço dos dez anos de *impeachment*, Carvalho (2002) omite essa oscilação do posicionamento da UNE, não distinguindo o conteúdo do “Fora Collor” nas duas situações descritas acima. Quando escreveu esse artigo, Carvalho era membro do Comitê Estadual do PCdoB de São Paulo.

hegemônico das mobilizações pelo *impeachment* do presidente da República, parece-nos não ser adequado considerá-la como o principal elemento ativador das insatisfações dos manifestantes que ocuparam as ruas contra o governo.

Como já foi observado, as denúncias de corrupção aceleraram um processo em curso, no qual a tolerância de diversos segmentos sociais em relação ao modo de implementar a política econômica e aos efeitos políticos e sociais desta havia atingido níveis bastante reduzidos. Nesse sentido, parece ser problemático superestimar, para fins de análise, a tese na qual a disposição para luta contra a corrupção teria sido o elemento ativador mais importante das manifestações de massa pró-*impeachment*. Entende-se aqui que o discurso hegemônico da ética na política é uma manifestação da insatisfação *difusa* com os efeitos da política neoliberal. Vejamos algumas evidências que corroboram nosso argumento.

Ao analisar o comportamento político da CUT, da OAB, do PNBE e da CNBB, que faziam parte do Movimento pela Ética na Política, Tatagiba (1998) observa que a despeito de haver um consenso entre essas entidades em torno do “princípio articulatório” da ética na política, a forma como tratavam a política econômica implementada pelo governo era diferenciada. Assim, enquanto o PNBE defendia a política de privatização e de abertura comercial, as outras três organizações teciam críticas ao programa neoliberal, sendo que a CUT enfatizava a questão do “direito dos trabalhadores”, a OAB defendia a “soberania nacional” e a CNBB a “dignidade da pessoa humana”. O problema central da análise de Tatagiba (1998) é a superestimação do lugar ocupado pelo discurso da ética na política no movimento pró-*impeachment*. Ocorre, no entanto, que os próprios argumentos da autora levam à constatação de que havia questões de fundo que ativavam essas entidades para a luta contra o governo e que não correspondiam necessariamente à luta contra a corrupção, mas sim diziam respeito à forma de aplicação e aos efeitos da política econômica do Governo Collor.

As pesquisas de opinião parecem também aludir para o fato de que não foi apenas a corrupção no governo que despertou as manifestações de massa contra o presidente Collor. Em pesquisa realizada com 5.484 eleitores de dez capitais brasileiras, no início de julho de 1992, inquiridos sobre o que fazer diante de uma suposta renúncia ou *impeachment* de Collor, 54% dos eleitores defenderam o estabelecimento de eleições gerais para presidente da República e apenas 19% apoiaram a posse do vice-presidente Itamar Franco. Esse quadro se inverteu entre os 439 congressistas entrevistados: apenas 8% deles foram favoráveis à proposta de eleições gerais, sendo que a ampla maioria, formada por 77% dos entrevistados, defendeu a posse de Itamar Franco (DATAFOLHA *Apud*: SOUZA, 2000). Depreende-se dessa pesquisa que para a maioria dos parlamentares não interessava colocar em risco a continuidade da política neoliberal. No caso dos eleitores, essa questão é mais complexa, já que a defesa de eleições gerais poderia representar tanto insatisfações em relação à corrupção no governo quanto aos efeitos da política econômica neoliberal. Se os dados apresentados não permitem classificar uma ou outra postura como a mais representativa, parece também não ser procedente adotar a abordagem simplista de que tudo se resume à luta contra a corrupção, à medida que a defesa de novas eleições gerais parece exprimir uma insatisfação difusa com a política governamental vigente.

A vitória de Paulo Maluf – o candidato do “rouba, mas faz” –, por larga margem de votos nas eleições para prefeito de São Paulo (pólo de concentração das maiores manifestações pró-*impeachment*), é uma outra evidência de que a luta contra a corrupção não era, a rigor, a principal motivação dos manifestantes que pediam o

impeachment do presidente Collor.¹⁴ É interessante lembrar também que Maluf foi eleito com o discurso contra a recessão, o desemprego, contrariando, portanto, os efeitos da política econômica implementada pelo presidente Collor. Se esse presidente “roubasse, mas fizesse”, ou melhor, se a corrupção no governo fosse denunciada num período de crescimento econômico, de queda das taxas de desemprego, de constituição de sólida base política no Congresso Nacional, é provável que as manifestações contra o governo não tivessem o mesmo caráter massivo que lograram obter no segundo semestre de 1992. No entanto, o quadro recessivo no qual ingressou a economia brasileira durante a sua gestão e o modo centralizador de governar alimentaram mais insatisfações que contentamentos em relação ao governo, não permitindo a continuidade de Collor no poder. Indagando-se sobre o caráter das críticas à corrupção e da luta pela ética na política, presentes nas manifestações a favor do *impeachment* de Collor, Marrach (1993, p. 50) faz os seguintes apontamentos:

“Parecia, então, que no Brasil todos eram democratas, todos acreditavam na necessidade de se respeitar a ética relativa e defendiam as leis iguais para todos.

Mas as reações aos fatos posteriores – o massacre na Casa de Detenção [do Carandiru] apoiado por 60% da população e a vitória de Maluf em São Paulo com 52% dos votos – mostram que as massas também aprenderam a simular.”

Esses aspectos parecem indicar a fragilidade da tese na qual a luta contra a corrupção teria sido inquestionavelmente a motivação de fundo das mobilizações pró-*impeachment*. A participação das classes médias nessas mobilizações, como se verá a seguir, é outro fator que reforça a idéia na qual a ética na política é resultado de uma insatisfação deformada e difusa com os efeitos da política neoliberal. Vejamos alguns dos desenvolvimentos dessas mobilizações.

Até junho de 1992, os protestos contra o governo não se caracterizaram por uma participação massiva da população, mas a oposição havia conseguido importantes avanços na CPI do caso PC Farias, colocando cada vez mais o presidente Collor numa situação difícil. A partir de 25 de junho, a CPI deixou de ser uma comissão para avaliar apenas os atos do empresário PC Farias, e se converteu, sobretudo, numa comissão para apurar os atos do presidente Collor e de seus assessores mais diretos (GIANNOTTI, 1993).

Nesse período, o governo articulou uma contra-ofensiva em duas frentes principais: 1) aliciando fisiologicamente parlamentares e distribuindo cargos públicos, na tentativa de ampliar a sua base de apoio, já bastante desgastada; e 2) estigmatizando setores de oposição ao governo, os quais foram taxados como articuladores de um possível golpe contra o presidente. A CUT e os grupos políticos vinculados a essa Central foram chamados de “sindicato do golpe” pelo presidente da República. O governo recuperou fôlego no Congresso Nacional e fez as investigações da CPI retrocederem. No entanto, a crise política do governo atingia grandes proporções, e as manifestações contra ele começam a intensificar-se, adquirindo um caráter de massas.¹⁵

As primeiras grandes manifestações ocorreram nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 11 de agosto, e tiveram forte presença de estudantes que defendiam o “Fora Collor” e sustentavam que o movimento pró-*impeachment* deveria ser

¹⁴ Para Pierucci e Lima (1993), as eleições de 1992 representaram uma escalada das forças sociais conservadoras na cidade de São Paulo. Ainda que tenha tido maior dificuldade de penetração entre o eleitorado da periferia paulistana, Maluf foi o mais votado entre os mais “ricos” e os mais “pobres”, para utilizarmos o conceito desses autores. Esse dado parece, no mínimo, problematizar a idéia na qual a necessidade da “moralização da política” haveria “tomado a cabeça” da população paulistana com o surgimento das manifestações pró-*impeachment*.

¹⁵ Para uma descrição dos locais e do número aproximado de manifestantes presentes em cada ato, ver: GIANNOTTI, 1993; BOCCHI, 1996; TOSI RODRIGUES, 2000.

suprapartidário. A idéia do caráter suprapartidário era a de ampliar a adesão a esse movimento, já que a identificação com algum partido poderia gerar o efeito inverso. O Governo Collor tentou revidar e pediu para que a população saísse de verde e amarelo, no dia 16 de agosto, em sinal de apoio ao seu governo. Neste dia, as ruas foram tomadas pelas cores pretas em protesto ao pedido de apoio do governo. Os estudantes compunham novamente a principal categoria social, pintavam seus rostos com a inscrição “Fora Collor”, adotavam as palavras de ordem “Impeachment Já” e “Cadeia para os corruptos”, e cantavam a música “Alegria, alegria” de Caetano Veloso, que havia servido de abertura da minissérie “Anos Rebeldes”, apresentada pela *Rede Globo*, em julho de 1992.

Essas manifestações desempenharam um papel ativo no processo de crise do Governo Collor, tornando mais favoráveis as condições para a aprovação do *impeachment* desse presidente. O caráter massivo dessas manifestações colocou a base aliada do governo numa situação difícil – isto é, o apoio ao governo, num momento pré-eleitoral, poderia repercutir negativamente sobre o cômputo geral dos votos dos candidatos às eleições municipais de 1992.¹⁶ A decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 23 de setembro de 1992, selou de vez a sorte do governo, ou melhor: por oito votos a um, esse tribunal definiu que o regime de votação da admissibilidade do afastamento de Collor na Câmara Federal seria aberto. Essa decisão foi uma importante conquista das forças de oposição ao governo (BOCCHI, 1996).

Analisando o processo de *impeachment* de Collor, Nobre (1992, p. 118) sustenta que “o Congresso Nacional é muito menos o autor e o articulador do processo do que vítima das obrigações constitucionais que ele mesmo se impôs”, o que exprime, segundo esse autor, uma “situação de emperramento do mecanismo de funcionamento institucional, em que uma Constituição de cunho marcadamente parlamentarista convive com o presidencialismo”. Noutras palavras, para Nobre, o processo de *impeachment* é resultado do próprio arranjo institucional promovido e garantido pela Constituição de 1988, que “obrigou” o Congresso a abrir a CPI de PC Farias. Todavia, essa análise equivoca-se por superestimar o peso da Constituição Federal sobre a decisão dos membros do corpo legislativo e conferir uma importância diminuta às manifestações de massa que pediam o afastamento do presidente da República. Além disso, observa-se que a defesa da posse de Itamar Franco, por parte dos partidos do bloco no poder, não se revelou como uma simples “obrigação” prevista pela Constituição 1988, pois havia por trás dessa proposta a possibilidade de uma “transição” sem maiores riscos para a continuidade da política neoliberal.

Se o discurso hegemônico das mobilizações pró-*impeachment* não exigiu a realização de eleições gerais e a implementação de uma nova política econômica e social, isso não quer dizer que as manifestações não desempenharam efeito qualquer sobre o “arranjo institucional”. Parece ser inegável a pressão exercida pelas manifestações de massa pela aprovação do afastamento de Collor do poder federal. A proximidade das eleições municipais, o grande número de manifestações com dezenas e, até mesmo, centenas de milhares de participantes nas ruas contra o presidente e o avanço das investigações de corrupção no governo, foram elementos que se combinaram e tornaram irreversível a aprovação do *impeachment*.

No dia 26 de agosto de 1992, o relatório da CPI foi aprovado por 16 votos a 5, confirmando o envolvimento de Collor em práticas de corrupção. No dia 29 de setembro, a Câmara Federal votou a aprovação do afastamento do presidente da

¹⁶ A maioria dos parlamentares do PFL, principal partido da base de sustentação do governo, retirou o apoio a este e passou a defender o *impeachment* de Collor. Dos 87 deputados federais desse partido político, 64 votaram a favor da admissibilidade do *impeachment* de Collor.

República. Dos 480 deputados votantes, 441 votaram a favor, 38 contra, um absteve-se e ainda houve 23 ausências. Collor deixou o Palácio do Planalto no dia 2 de outubro. O processo de *impeachment* seria ainda encaminhado ao Senado Federal, que teria 180 dias, a contar do dia da votação na Câmara, para proceder à votação. Caso a votação no Senado não ocorresse no prazo, Collor retornaria ao cargo. Como tentativa de protelar o julgamento por crime de responsabilidade, Collor renunciou ao cargo de presidente da República, no dia 29 de dezembro, o que deixaria seus direitos políticos intocados. No entanto, os senadores decidiram dar prosseguimento ao julgamento e, um dia após a renúncia de Collor, cassaram os direitos políticos, tornando-o inelegível por oito anos. A Era Collor chegaria ao fim, mas “sem estudantes ou populares nas ruas” (TOSI RODRIGUES, 2000, p. 242-52 *passim*.).

A despeito do curto período em que as manifestações pró-*impeachment* lograram obter um caráter de massas, cabe aqui tecer alguns comentários sobre a participação massiva dos estudantes nessas manifestações.

Segundo Foracchi (1965), na análise da prática estudantil, os determinantes escolares não podem ser dissociados dos determinantes sociais (produção, manutenção).¹⁷ Por um lado, o movimento estudantil assume uma “forma específica” devido à especificidade do aparelho escolar e das condições de ação reivindicativa ou política, o que equivale a dizer, respectivamente, que a mobilização dos recursos educacionais é marcada pela estrutura de classes (FORACCHI, 1965) e que o movimento estudantil não traduz integralmente o movimento da classe ou fração que ele representa (SAES, 1978). Por outro lado, é a família que fornece as condições necessárias para o jovem tornar-se estudante, isto é, os vínculos de dependência entre o estudante e a família constituem-se como caução de uma relação que não é só econômica, mas também ideológica (FORACCHI, 1965; SAES, 1978).

Cabe esclarecer aqui que a família não pode ser caracterizada como uma entidade abstrata, pois ela “realiza, em sua vivência social, uma situação concreta de classes (...)” (FORACCHI, 1965, p. 82). É, portanto, a relação de dependência ou manutenção entre o estudante e a família que define a situação de classe particular do movimento estudantil (SAES, 1978).

A compreensão do caráter de classe das manifestações pró-*impeachment* passa necessariamente pelo estudo da situação de classes dos estudantes. Se as classes médias são a principal camada social no sistema escolar/universitário brasileiro, para um melhor entendimento da disposição dos estudantes para a luta contra o presidente da República, deve-se reportar aos elementos que ativaram as insatisfações das classes médias em relação ao governo. Em linhas gerais, pode-se elencar uma série de fatores que se chocam com o processo de diferenciação social das classes médias em relação ao

¹⁷ Algumas análises tendem a dissociar os determinantes escolares dos determinantes sociais para compreender a prática estudantil. Certos autores, por exemplo, atêm-se à discussão sobre as diferenças existentes entre o comportamento dos estudantes e o comportamento da população em geral, afirmando que os estudantes têm uma participação mais ativa na vida política por três motivos principais: a) pelo fato de a situação dos estudantes ter um caráter temporário, haveria, por parte destes, uma desobrigação em relação às exigências profissionais; b) os estudantes estariam submissos a uma constante pressão pedagógica; c) os estudantes teriam um grau de instrução superior ao da população em geral e, por consequência, um nível de informação relativamente alto (HABERMAS; FRIEDEBURG; OEHLER; WEITZ, 1968). Isto é, esses autores só dão atenção aos determinantes escolares. Outro exemplo desse tipo de enfoque pode ser encontrado em: LIPSET, 1968. Ianni (1968), por seu turno, trata apenas das diferenças entre o comportamento dos jovens e o comportamento da população em geral, sustentando que o radicalismo ou o inconformismo juvenil está referido na ampliação da sociabilidade dos jovens, antes restrita ao convívio familiar. Esse tipo de problematização do tema leva o autor a desconsiderar as diferenças existentes entre o comportamento dos jovens em geral e o comportamento dos estudantes, e, portanto, a secundarizar os determinantes escolares.

conjunto dos trabalhadores. A recessão econômica, os efeitos negativos da inflação, o arrocho salarial, o aumento do desemprego e a precarização do sistema escolar estão entre os aspectos da política do governo que contrariavam os interesses desse setor social.

O processo inflacionário crônico, que atingiu a sociedade brasileira nos anos de 1980, teve impacto negativo sobre os rendimentos das classes médias. A saída para esse setor foi realizar investimentos em cadernetas de poupança, entre outros meios, como forma de amenizar os efeitos provocados pela inflação. Collor foi eleito com a promessa de “modernizar” o Estado brasileiro, e de acabar com a inflação. No entanto, o primeiro lance dado por esse governo selou a sorte das classes médias: Collor confiscou, com a edição da medida provisória 168, um importante instrumento de defesa das classes médias – a poupança. Isso ativou insatisfações desse setor social em relação ao governo federal.

Caracterizando o movimento estudantil surgido na conjuntura de crise do Governo Collor, o presidente da UNE, Lindbergh Farias (1992, p. 37), evidencia alguns aspectos que corroboram a argumentação deste estudo:

“O movimento que envolve a juventude hoje é muito amplo. Uns vão para as ruas porque o Collor é ladrão. Outros porque ele aumentou as mensalidades. Mas mesmo o cara que tem uma banda de rock e está sem espaço para se apresentar porque o mercado de trabalho diminui a cada dia está protestando. Os que se formam e não conseguem trabalho também.”

Ao contrário da análise convencional que encontra no poder da mídia os elementos ativadores das manifestações estudantis contra o presidente corrupto, entende-se aqui que a raiz desse processo está nos efeitos produzidos pela política econômica do governo Collor. No discurso das entidades estudantis, tais como a UNE e a UBES, as críticas ao programa de privatizações das empresas estatais do Governo Collor, ao quadro recessivo da economia, à dependência ao FMI foram temas que, no mais das vezes, não encontraram ressonância entre a grande massa de manifestantes que participaram das mobilizações a favor do *impeachment* do presidente. A crítica à política econômica foi, nesse caso, difusa, ora aparecendo como indignação com o aumento das mensalidades escolares, ora como descontentamento com a corrupção na cúpula governamental.

Desse modo, para discutir os motivos que levaram os estudantes às ruas, retoma-se a idéia segundo a qual não é possível dissociar os estudantes de sua situação de classe. As multidões de estudantes que estiveram nas ruas, principalmente os secundaristas (MARTINS FILHO, 1994), expressavam as insatisfações das classes médias em relação ao governo.

Saliente-se que a proposta de discutir o caráter de classe do movimento pró-*impeachment* e, em especial, das imensas manifestações estudantis surgidas – é bem verdade, num curto período de tempo (agosto e setembro de 1992) – coloca esta análise numa problemática bastante distinta daquela que deposita no poder da mídia a explicação para o aparecimento dessas manifestações. Essa visão tem enraizamento numa concepção elitista de sociedade, que considera a massa como sendo sempre irracional, isto é, não tendo condições de tomar posições racionalmente fundadas em matéria política – o que caberia apenas à grande mídia, que supostamente manipularia a massa amorfa.

De modo similar, a presente análise distingue-se do argumento fundado nos pressupostos da teoria liberal para explicar os motivos que levaram os estudantes às ruas contra o presidente corrupto. Esse tipo de análise tende a abstrair as condições conjunturais que deram sustentação ao comportamento político dos agentes sociais, ou melhor, tende a enfocar, por exemplo, a adesão dos estudantes à luta pela ética na política como uma escolha racional que se alinha aos valores e objetivos mais

“substantivos” da vida em sociedade. Daí advindo, com certo exagero, a afirmação do “consenso possível”, da “única alternativa”, do “caminho natural”, o que levou alguns autores a tomar a bandeira da ética na política como a motivação de fundo dos manifestantes contra o governo e dar diminuta importância às insatisfações em relação aos efeitos da política neoliberal.

O que se pode afirmar a partir dessas indagações é que o movimento *pro-impeachment* e, em especial, os estudantes orientavam-se por uma perspectiva mais próxima da política burguesa. Abordando as convergências existentes entre o movimento estudantil francês de 1986 e o brasileiro de 1992, Martins Filho (1994, p. 14) apresenta algumas indicações entre a proximidade das orientações políticas dos estudantes e a política das classes dominantes:

“Ambos [os movimentos estudantis] se deram numa conjunção de avanço neo-liberal, inexistência em cena de um discurso visível de esquerda, extensa influência dos meios de comunicação (...) e ausência de repressão. Tanto um como outro levantaram objetivos bastante gerais; centraram-se num único alvo, de conteúdo ético geral e limitado estritamente às regras do jogo político.”¹⁸

Afirma-se aqui, portanto, a relação existente entre a situação de classe do estudante secundarista/universitário brasileiro e a situação de classe média. Isso coloca este estudo diante de numa problemática distinta das análises liberais, visto que as orientações políticas das camadas médias (origem social dos estudantes) não são mera identificação racional com determinada corrente de opinião, mas estão sempre relacionadas com a evolução da política burguesa e da política operária.¹⁹ Quando se procura desvendar os interesses de classes, que estão por trás da prática estudantil na crise do Governo Collor, tenciona-se evidenciar as orientações políticas das classes em movimento.

Por fim, é importante fazer uma distinção importante que diz respeito à hierarquia das forças constituintes do movimento *pro-impeachment*. A despeito de determinados setores das classes médias, em especial, os estudantes terem sido a principal base social ou a *força motriz* do movimento *pro-impeachment*, considera-se aqui que esses setores não foram a *força dirigente* desse movimento. A prova disso é que a classe média não chegou ao poder com a ascensão de Itamar Franco à presidência da República, isto é, a política neoliberal foi mantida por esse governo, não atendendo as reivindicações desses setores das classes trabalhadoras.

Os parlamentares que, em sua grande maioria, pertencem aos partidos do bloco no poder foram quem dirigiram o movimento *pro-impeachment*. A resolução do *impeachment* de Collor com a posse do vice-presidente Itamar Franco, como prevê a Constituição Federal de 1988, e a manutenção da política neoliberal, parecem ser evidências importantes que comprovam esses argumentos.

6 O fenômeno das crises políticas positivas na política brasileira

A crise do governo Collor apresenta, ao mesmo tempo, características específicas e traços em comum com importantes crises políticas ocorridas no Brasil no chamado “período republicano”. A começar pela especificidades, chama-nos a atenção

¹⁸ O movimento estudantil francês de 1986 manifestou-se contrariamente ao projeto do governo (Lei Devaquet) que previa atacar os pilares do sistema universitário francês: a centralização das medidas relativas à escola superior e o livre acesso às faculdades para os portadores do *baccalauréat* (MARTINS FILHO, 1994).

¹⁹ Na análise do comportamento político da classe média, Saes (1979, p. 18) sustenta que “a posição política dos grupos médios depende da conjuntura, do modo pelo qual se articulam e se opõem à prática política burguesa e à prática política proletária, de seus problemas e de suas tensões”.

o fato de que a conjuntura do início dos anos 1990 é marcada pelas tensões e incompatibilidades entre neoliberalismo e democracia. Vejamos

Desde o final dos anos 1970, o programa neoliberal se defrontou com algumas dificuldades ou obstáculos que inviabilizaram a sua implementação como política no âmbito federal nesse período, bem como a sua difusão enquanto programa hegemônico no seio da sociedade brasileira. Consequentemente, o grande capital bancário e financeiro sofreu importantes derrotas neste período. Entre tais obstáculos, destacamos: a) a convocação da Assembléia Constituinte para elaboração e aprovação da Constituição de 1988, configurando-se como um pólo de oposição às políticas neoliberais, reservando importantes conquistas de direitos sociais aos trabalhadores (LIMA, 2002); b) o forte movimento grevista que se iniciou no final dos anos 70 e prolongou-se nos anos 80; c) a criação de organizações que se tornaram instrumentos da luta dos trabalhadores, tanto da cidade como do campo, como, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criados, respectivamente, em 1980, 1983 e 1984, e reivindicando, em linhas gerais, a constituição de um Estado de bem-estar social no país.

O chamado “processo de redemocratização” trouxe importantes avanços em termos sociais, mas os seus limites foram demasiadamente ampliados com o início da implementação da política neoliberal no Brasil, promovendo assim um forte retrocesso desses avanços e conquistas sociais. É justamente o desencontro entre democracia e livre mercado que faz emergir o processo de crise do governo Collor. Embora a conjuntura política deste governo fosse marcada por muitas indefinições políticas e por avanços e recuos da política neoliberal, a ausência de um movimento popular massivo e combativo no país permitiu ao programa neoliberal avançar contrariamente à já limitada democracia no país.

A análise das reivindicações da burguesia industrial nos permite entrever alguns aspectos essenciais que fundamentam a política neoliberal, bem como suas conseqüências para essa fração burguesa. Quando reclamava do reduzido espaço conferido pelo governo Collor à participação política desta fração burguesa nos processos decisórios fundamentais, bem como criticava a política de abertura comercial deste governo, a burguesia industrial estava detectando um forte autoritarismo no processo de implementação da política neoliberal e caracterizando um dos pilares do neoliberalismo como refratário ao desenvolvimento da indústria nacional. Se expandirmos a análise para as classes e frações de classes que estão alijadas do bloco no poder, é possível evidenciar o duro ataque que o neoliberalismo promoveu aos direitos. Nesse sentido, tem razão o cientista social argentino Atílio Borón (2001) quando afirma que livre mercado e democracia são incompatíveis. Acrescentaríamos a essa definição que justamente por não se fundar em pressupostos democráticos, o neoliberalismo acaba conformando uma relação instável do ponto de vista social. O caráter zigzagueante da conjuntura do governo Collor é resultado justamente dessa instabilidade provocada pelo início do processo de implementação da política neoliberal.

Sem a pretensão de buscar realizar uma caracterização de todas as crises políticas ocorridas neste período, é possível identificar alguns traços que são comuns a maioria delas, senão as mais importantes. Consideramos que, em linhas gerais, as crises políticas ocorridas no período republicano podem ser caracterizadas como crises políticas positivas por um motivo principal: o espaço institucional aberto à crítica popular da natureza de classe da política econômica e social do Estado no Brasil foi bastante reduzido – ou sequer existiu efetivamente. Isso quer dizer que tanto no plano da mobilização quanto no plano da participação nos processos decisórios principais, as

massas populares tiveram uma reduzida influência. Portanto, não foram crises políticas que lograram politizar as classes populares a ponto de questionar o caráter de classe do Estado, mas foram crises que pelo seu caráter diluído e desconcentrado podem ser denominadas como crises políticas funcionais à ordem social capitalista, ou então, crises políticas positivas²⁰.

Consoante a natureza positiva das crises políticas para o funcionamento da ordem social capitalista do período republicano, chama-nos atenção o fato de que as denúncias de corrupção marcaram presença nos embates políticos travados nessas conjunturas, mas emergiram totalmente descoladas da crítica ao caráter parasitário do Estado burguês.²¹ Entendemos que dependendo de sua conotação, a denúncia de corrupção pode ser considerada como um indicador do alcance e dos limites da plataforma reivindicatória dos grupos, segmentos e classes sociais que fazem uso desse instrumento político para obter maior influência na cena política ou para atingir seus interesses econômico-corporativos de curto e médio prazos. Vejamos alguns exemplos da história política brasileira mais recente.

A crise política deflagrada 1930 resultou de cisões entre a burguesia agroexportadora, fiel escudeira das burguesias imperialistas, e a nascente burguesia industrial que se projetava na cena política com o apoio das camadas médias urbanas, visando definir uma política industrialista e realizar algumas concessões às classes trabalhadoras. Nos embates políticos, um dos instrumentos de luta utilizados pelos grupos de oposição contra os representantes da política da República Velha, foram as denúncias de corrupção. Os grupos e classes sociais vinculados à política da República Velha foram chamados de carcomidos pelas forças de oposição. Como salienta Skidmore (1969: p. 33), nos primeiros meses do governo Vargas “uma comissão de inquéritos foi organizada em dezembro de 1930, para punir os ‘carcomidos’ da República Velha, mas chamou pouca atenção, não provou nada e desapareceu antes do fim de 1931”.

A despeito de as denúncias de corrupção terem uma presença efêmera na conjuntura em questão, de algum modo, produziram efeitos pertinentes sobre o sistema de alianças de classe, especialmente sobre o núcleo hegemônico que constituía o bloco no poder na referida conjuntura. Pode-se questionar se na composição das frações burguesas que passaram a ocupar uma posição privilegiada no núcleo hegemônico predominavam os traços de continuidade com os interesses da burguesia agroexportadora, ou se essas frações burguesas lograram se constituir efetivamente como força social autônoma, engendrando mudanças profundas no núcleo hegemônico e, com isso, rupturas com a política predominante na República Velha. Como não é o nosso objetivo aqui registrar todas as polêmicas envolvidas na caracterização da burguesia brasileira deste período, cumpre salientar apenas que a crise política de 1930 teve como consequência a efetivação de uma política de desenvolvimento industrial e de integração, ainda que parcial e precária, dos trabalhadores à política estatal, resultando, assim, no fenômeno do populismo que perdurou no Brasil até o golpe de 1964. Isso

²⁰ Assimilamos a noção de crise política positiva de um artigo de Décio Saes (1998).

²¹ Como observa Marx (1977), o “parasitismo” é uma característica fundamental do Estado burguês, ou seja, o desperdício, a improdutividade e a corrupção são práticas inerentes a esse Estado e elementos funcionais para a dominação política de classe da burguesia.. Sob essa perspectiva, é insuficiente definir a corrupção apenas como “atos ilegais praticados por funcionários do governo para enriquecer, levantar fundos de campanha ou ‘comprar’ apoio dos membros do Legislativo e administradores públicos, bem como de grupos de interesse”. (GEDDES; NETTO: 2000, p. 52). Caberia acrescentar a essa definição que a prática de corrupção não é um elemento de desequilíbrio do Estado, mas uma prática inerente ao Estado burguês. Dito de outra maneira: o funcionamento do Estado burguês depende estruturalmente da troca, não raro escusa, de favores políticos.

significa que a crise de 1930 produziu efeitos sobre a estruturação do núcleo hegemônico do bloco no poder e foi determinante – poderia não ter sido – para que o país ingressasse numa nova fase do capitalismo. Nesse sentido, é possível dizer que as denúncias de corrupção colaboraram, ainda que de maneira diluída, para que se alterasse a correlação de forças existente nesta conjuntura e promovesse algumas mudanças no sistema hegemônico, sem, com isso, modificasse substantivamente as relações de poder constituídas naquele momento.

A crise política de 1953-1954, que resultou no suicídio de Vargas, teve uma conotação diferente. Se, de um lado, a burguesia comercial atrelada ao imperialismo procurava impor uma política refratária ao desenvolvimento industrial e se valia das denúncias de corrupção como instrumento de luta para acabar com o “mar de lama do Catete”, como defendiam os udenistas; por outro, havia um elo de unidade entre esta fração de classe e a burguesia industrial na luta contra o movimento popular em ascensão. Sobre o golpe de 1954, Boito Jr. (1982: p. 16) sustenta que: “Seu aspecto fundamental foi o fato de o *conjunto da burguesia* ter-se unido, em bloco, para rechaçar a política de Vargas, por entender que ela se mostrava ineficaz para controlar o ascenso do movimento popular a partir da grande greve de março de 1953.” Foi mais uma vez uma crise política que produziu efeitos sobre o núcleo hegemônico do bloco no poder, ao permitir à fração antiindustrialista ocupar o lugar de fração dirigente do golpe de Estado, causando quase o golpe morte a política populista e obstruindo a crítica popular à orientação de classe da política estatal.

O golpe político-militar de 1964 também foi outra importante crise política no Brasil. Desta vez, a sobrevida em 1954 da política populista, apresentava o seu desfecho. Com o golpe político-militar, as frações burguesas se uniram contra a ameaça do comunismo anunciada pela nova onda de ascensão dos movimentos populares entre o final dos anos 1950 e idos de 1960. Pode ser considerada uma importante fase de reestruturação do bloco no poder, o que levou os grandes grupos monopolistas, nacionais e internacionais, a se projetarem na cena política. Nessa ocasião, as denúncias de corrupção novamente tiveram presença entre as forças de oposição ao governo em vigor, no caso o governo de João Goulart. Erguendo-se nos embates políticos como defensores da ordem social, os golpistas se colocavam na luta contra as reformas sociais promovidas por João Goulart, contra a subversão levada a cabo por grupos comunistas e supostamente apoiadas pelo governo de Jango e contra a corrupção existente no governo. Aqui mais uma vez as denúncias de corrupção emergem como instrumento de desgaste da política do governo da situação, mas como em todos os demais casos acima analisados, muito longe estiveram de politizar as massas populares para a crítica da política do Estado burguês.

Como vimos, na crise do governo Collor, novamente as denúncias de corrupção apareceram na cena política cumprindo a função de desgastar politicamente o governo, mas deslocadas completamente da crítica do caráter parasitário do Estado burguês e da natureza de classe da política neoliberal. Essa crise política também representou mudanças importantes no bloco no poder, ao conferir hegemonia política ao capital financeiro internacional, transformar a burguesia bancária numa espécie de burguesia compradora e colocar a burguesia industrial na defensiva perante os interesses políticos do capital imperialista, inserindo assim o Brasil num novo quadro de dependência distinto daquele prevalecente até então.

7 Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil nos anos 80*. São Paulo, Edusp, 1996.
- ANDREI, Cristian e SAMPAIO, Fernando Azevedo de Arruda Sampaio. “Política econômica” In: Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP)/Instituto de Economia do Setor Público (IESP). *Gestão estatal no Brasil: limites do liberalismo 1990-1992*. São Paulo, FUNDAP, 1995.
- AVRITZER, Leonardo. “O conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do *impeachment* de Fernando Collor de Mello” In: ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard (orgs.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto político do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.
- BIANCHI MENDEZ, Alvaro Gabriel. *O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2004.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado* (6ª. reimp.). São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOCCHI, Carmen Priscila. *Movimento pela ética na política e as mobilizações pró-impeachment: elementos para a análise da atuação da sociedade civil no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, USP, 1996.
- BOITO JR., Armando. “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil” In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê “Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil”, *Revista Idéias*, n. 9(1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.
- _____. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- BORÓN, Atílio. “Os novos Leviatãs e a polis democrática” In: *A coruja de Minerva*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- CARVALHO, Rodrigo de. “Dez anos de *impeachment* de Collor” In: *Revista Princípios*, São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, n. 66, 2002.
- COLETTI, Claudinei. “Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal” In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil, *Revista Idéias*, n. 9(1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.
- COMPARATO, Fábio Konder. “O processo de *impeachment* e a importância constitucional do caso Collor” In: ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard (orgs.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto político do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. “O *impeachment*: uma crise singular” In: *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*. Campinas, Coleção Trajetória, n. 3, Unicamp/IFCH, 1997.
- DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. “Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas” In: BOSCHI, Renato Boschi; DINIZ, Eli; e SANTOS, Fabiano (orgs.). *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- FARIAS, Lindbergh Farias. Entrevista: “Voltamos para ficar” In: *Revista Istoé*, n. 1126, 2 de setembro de 1992.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real* (1ª reimpressão). São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

- FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Editora Nacional, 1965.
- GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2003.
- GALVÃO, Andréia. “A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento” In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê “Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil”, *Revista Idéias*, n. 9(1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.
- GEDDES, Bárbara e NETTO, Artur Ribeiro. “Fontes institucionais da corrupção no Brasil” In: ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard (orgs.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto político do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.
- GIANNOTTI, Vito. *Collor, a CUT e a pizza* (2a. ed.). São Paulo, Ed. Página aberta, 1993.
- GRAZIANO DA SILVA, José. “Condicionantes para um modelo agrário e agrícola” In: Programa de Pesquisa e Formação Sindical Ires – CGIL/Desep – CUT. *A crise brasileira: anos oitenta e o governo Collor*. São Paulo, Instituto Cajamar, 1993.
- GROHMANN, Luís Gustavo Mello. *O veto presidencial no Brasil: 1946-1964 e 1990-2000*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, 2003.
- HABERMAS, Jürgen; FRIEDEBURG, Ludwig von; OEHLER, Ch.; e WEITZ, Friedemann. “O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral” In: BRITO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
- HENRIQUE, Wilnês. “As políticas sociais na crise” In: Programa de Pesquisa e Formação Sindical Ires – CGIL/Desep – CUT. *A crise brasileira: anos oitenta e o governo Collor*. São Paulo, Instituto Cajamar, 1993.
- IANNI, Otávio. “O jovem radical” In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
- JÁCOME RODRIGUES, Iram. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta, 1997.
- LIMA, Luziano Pereira Mendes de. *A atuação da esquerda no processo constituinte: (1986-1988)*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2002.
- LIPSET, Seymour Martin. “O comportamento da juventude universitária” In: BRITO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
- MACHADO, Gustavo Viana. *A burguesia brasileira e a incorporação da agenda liberal nos anos 90*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Economia, Unicamp, 2002.
- MARRACH, Sonia. “O caso Collor ou a política na era dos meios de comunicação de massa” In: *Educação & sociedade*, ano XIV, n. 44, 1993.
- MARTINS FILHO, João Roberto. “Os estudantes e a política no Brasil (1962-1992)” In: *Teoria & pesquisa*, São Carlos, UFSCar, n. 10, 1994.
- MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” In: *Textos* (vol. 3). São Paulo, Edições Sociais, 1977.
- MÉDICI, André Cezar; MARQUES, Rosa Maria e SILVA, Sérgio Luiz Cerqueira da. “Política social” In: Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP)/Instituto de Economia do Setor Público (IESP). *Gestão estatal no Brasil: limites do liberalismo 1990-1992*. São Paulo, FUNDAP, 1995.
- MINELLA, Ary César. “O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros” In: <http://www.cfh.ufsc.br/~minella> <acessado em: 4 de maio de 2004>.

- _____. “Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90” In: DINIZ, Eli (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis, Ed. da UFSC, IDACON, 1993.
- NEVES, Newton J. de O. e FAGUNDES, Milton. *Collor, o artífice do caos*. São Paulo, Ícone, 1993.
- NOBRE, Marcos. “Pensando o impeachment” In: *Revista Novos Estudos - CEBRAP*. São Paulo, n. 34, nov. 1992.
- NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves na transição brasileira*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1992.
- PIERUCCI, Antônio Flávio e LIMA, Marcelo Coutinho de. “São Paulo 92, a vitória da direita” In: *Revista Novos Estudos - CEBRAP*. São Paulo, n. 35, mar. 1993.
- _____. *Poder político e classes sociais*. Porto, Portucalense Editora, 1971.
- RODRIGUES, Vera Marisa de Souza. *Carapintadas: estudantes na festa e na política*. Campinas, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Unicamp, 1997.
- RUIZ, Manoel. “A história do Plano Collor” In: <http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=114&item=4> <acessado em: 2 de julho de 2004>.
- SAES, Décio. *República do capital*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.
- _____. “A esquerda e a questão dos sistemas de governo no Estado democrático-burguês” In: *Estado e democracia: ensaios teóricos* (2ª. ed.). Campinas, IFCH-Unicamp, 1998.
- _____. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- _____. “Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil” In: *Cara a Cara* (Revista semestral do Centro de Estudos Everardo Dias), Campinas, n. 2, 1978.
- SENRA, Stella. “Mídia, política e intimidade: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor” In: D’INCAO, Maria Angela (org.). *O Brasil não é mais aquele...: mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo, Cortez, 2001.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo, Edusp, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. “A queda de Collor: uma perspectiva histórica” In: ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard (orgs.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto político do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.
- _____. *Brasil, de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969.
- SOUZA, Amaury de. “O impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil” In: ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard (orgs.). *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto político do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.
- TATAGIBA, Luciana Ferreira. *Dos significados da “ética na política”*: articulação e discurso no contexto pró-impeachment. Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1998.
- TAVARES FILHO, Newton. “Excesso na edição de medidas provisórias” In: *Consultoria Legislativa*, Câmara dos Deputados, janeiro, 2008.
- TOSI RODRIGUES, Alberto. *O Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí, Ed. Unijuí, 2000.
- TRÓPIA, Patrícia Vieira. *O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. Campinas, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2004.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. “A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo” In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê “Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil”, *Revista Idéias*, n. 9(1), Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.